



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 20ª  
(vigésima)  
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO  
GERAL PARA DEBATER SOBRE A PRESERVAÇÃO DE  
BRASÍLIA COMO PATRIMÔNIO BRASILEIRO E MUNDIAL  
À LUZ DA LEGISLAÇÃO FEDERAL  
EM 22 DE MARÇO DE 2012.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A presente comissão geral, conforme deliberação do Plenário, em razão do Requerimento nº 1.237, de 2012, de autoria dos Deputados Arlete Sampaio, Cláudio Abrantes e Wasny de Roure, destina-se a debater sobre ações, significados e desafios da preservação de Brasília como patrimônio brasileiro e mundial à luz da legislação federal, das recomendações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura — Unesco —, das leis e planos locais e do Decreto nº 33.506, de 2012, que institui o ano de valorização de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade.

A Presidência vai suspender os trabalhos, para que os convidados possam entrar no plenário e haja a formação da Mesa.

(Suspensa às 15h16min, a sessão é reaberta às 15h28min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está reaberta a sessão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	2

Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

Ao declarar as boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral destinada a discutir a preservação de Brasília como patrimônio brasileiro e mundial à luz da legislação federal.

Convido para tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, que já se encontra ao meu lado — foi S.Exa. que solicitou a realização desta comissão e que honra muito esta Casa —, Deputada Arlete Sampaio; o Exmo. Sr. Secretário de Estado de Cultura do Distrito Federal, Hamilton Pereira; o Exmo. Sr. Secretário-Adjunto do Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal, Rafael Oliveira, representando neste ato o Sr. Secretário-Geral, Geraldo Magela; o Exmo. Sr. Diretor do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Depam/Iphan, Andrey Schlee; o Exmo. Sr. Secretário Executivo da Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional – Anpur, Benny Schasberg; o Exmo. Sr. Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, Seção/DF, IAB/DF, Paulo Henrique Paranhos.

Registro as presenças do Exmo. Sr. Vice-Presidente da Comissão de Segurança, Deputado Chico Vigilante; do Exmo. Sr. Deputado Benedito Domingos; da Secretária de Estado da Mulher do Distrito Federal, Olgamir Amância Ferreira; e da nossa Deputada Eliana Pedrosa, que acabou de passar aqui e, porque tem um compromisso na Secretaria de Segurança, pediu licença, deixou um abraço.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Boa tarde a todas e a todos, sejam bem-vindos. De antemão, agradeço a presença de todos nesta comissão geral, convocada com o objetivo de debater Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade e todos os desdobramentos que essa situação enseja.

Quero agradecer, de antemão, a presença dos nossos convidados especiais que vão falar sobre o tema: o professor Benny Schasberg, representando a Anpur; o nosso querido Hamilton Pereira, Secretário de Cultura; o nosso Secretário Adjunto de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano, Rafael Oliveira; o professor Paranhos, nosso Presidente da IAB; e o Andrey Schlee, Diretor do Iphan, que está aqui representando o Presidente Nacional Luiz Fernando.

Quero, de antemão, dizer a todos os presentes que a razão pela qual nós resolvemos requerer a realização desta comissão geral diz respeito à necessidade que temos todos de nos atualizarmos com relação a esse tema tão querido para cada um de nós que é o fato de vivermos, termos a honra de viver numa cidade que é o único sítio construído no século XX que é Patrimônio Cultural da Humanidade. Com certeza, esse debate vai mostrar a todos nós aqui que ele está a exigir muitos cuidados e muito carinho para que Brasília continue sendo Patrimônio Cultural da Humanidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	3

Quero agradecer ao Deputado Chico Vigilante, nosso Líder, Líder da nossa bancada aqui na Câmara, pela presença; ao Deputado Benedito Domingos; à Deputada Eliana Pedrosa, que passou rapidamente, mas não pôde ficar; ao nosso querido Terceiro Secretário da Câmara Legislativa, Deputado Joe Valle; e também ao Deputado Cláudio Abrantes, que assinou comigo esse requerimento ao lado do Deputado Wasny de Roure.

É curioso resgatarmos alguns dados históricos com relação à questão do tombamento porque, sobretudo para os mais jovens, é muito importante lembrar. O Presidente Juscelino Kubitschek, um pouco antes de dois meses de completar a fundação da nossa Capital, escreveu um bilhete para Rodrigo Melo Franco de Andrade, então chefe do Patrimônio Histórico. O bilhete dizia o seguinte:

“Rodrigo, a única defesa para Brasília está na preservação do seu Plano Piloto. Pensei que o tombamento do mesmo poderia constituir elemento seguro, superior à lei que está no Congresso e sobre cuja aprovação tenho dúvidas. Peço-lhe a fineza de estudar essa possibilidade ainda que forçando um pouco a interpretação do Patrimônio.”

Aí, uma frase que é extremamente importante, porque, de alguma maneira, mostrava a visão que tinha o nosso Presidente. Ele dizia: “Considero indispensável uma barreira às arremetidas demolidoras que já se anunciam vigorosas.

Grato pela atenção. Um abraço de Juscelino.

Brasília, 15 de junho de 1960.”

De fato, ele antecipou um pouco aquilo que todos nós assistimos ao longo da história de Brasília. Nós não sabemos, não temos registro da resposta que o Rodrigo de Melo Franco deu ao Presidente, mas sabemos que, desde os primórdios, Brasília se constituiu objeto de proteção legal no que se refere à manutenção dos princípios do seu projeto.

A primeira iniciativa de defesa, ainda em vigor, chegou dias antes da inauguração da Nova Capital do Brasil e está consubstanciada no art. 38 da Lei Federal 3.751, de 13 de abril de 1960, também conhecida como Lei Santiago Dantas.

Diz o art. 38: “Qualquer alteração no Plano Piloto, a que obedece a urbanização de Brasília, depende de prévia autorização em lei federal.”

Este dispositivo da Lei Santiago Dantas, por sua vez, foi a base do Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987, que define o perímetro de preservação e consagra as características essenciais a serem preservadas nas quatro escalas distintas em que se traduz a concepção da cidade feita por Lúcio Costa: a escala monumental, a residencial, a gregária e a bucólica. As escalas estabelecem os elementos determinantes de um padrão de qualidade de vida que deve ser mantido e perpetuado para as futuras gerações. O empenho do Governador José Aparecido de Oliveira, o trabalho do GT Brasília e a edição desse decreto foram fundamentais



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	4

para que a Capital do Brasil fosse distinguida como Patrimônio Mundial, em dezembro de 1987.

O coroamento dos aspectos singulares da Capital, na ocasião já consagrada como Patrimônio Mundial, deu-se com o tombamento federal, efetivado em 14 de março de 1990, com a inscrição de nº 532, no livro de tombamento histórico, e disciplinado por meio da Portaria nº 314, de 14 de outubro de 1992, do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan.

O regime especial de proteção a que está submetido o Plano Piloto de Brasília, tal como apresentado por Lúcio Costa, também não foi esquecido pelos legisladores signatários da nossa Lei Orgânica, que o evidenciam em inúmeros dispositivos da carta política do Distrito Federal.

Agora, atendendo finalmente a uma das recomendações da Unesco feita depois da visita da primeira missão de inspeção, em 2001, debateremos e aprovaremos o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB, que ainda será submetido a uma última audiência pública no dia 31 de março próximo, antes de vir a esta Casa.

Temos a grata novidade da Portaria nº 68, de 2012, do Iphan, publicada há exatamente um mês, que cria a área do entorno do Conjunto Urbanístico de Brasília e estabelece regras e limitações para a sua ocupação e uso do solo, com vistas a coibir abusos urbanísticos e arquitetônicos e a controlar o crescimento das cidades que circundam o perímetro tombado. Essa novíssima norma federal representa uma vitória de setores que têm compromissos com a defesa do tombamento — aqui estão presentes ilustres representantes dessa causa, e depois vamos nos referir a muitos deles —, e deve essa portaria ser incorporada ao disciplinamento territorial do Distrito Federal.

Quero dizer ao nosso companheiro Andrey que recebemos com muita alegria a portaria, embora desejássemos que ela tivesse sido feita há algum tempo. Talvez não tivéssemos assistido aos absurdos que representou a aprovação do último Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Quando passamos perto do ParkShopping, ficamos extremamente preocupados com aqueles arranha-céus que lá crescem e que representarão, sem dúvida, uma pressão violenta sobre a área tombada de Brasília.

O Governador Agnelo Queiroz, ciente de suas responsabilidades por defender, promover e manter o nosso patrimônio, instituiu, por meio do Decreto nº 33.506, de 26 de janeiro de 2012, o Ano de Valorização de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade, com o objetivo de executar ações governamentais, de forma célere, destinadas à valorização de Brasília como Patrimônio Cultural e Urbanístico da Humanidade. Para isso, criou um comitê composto por oito Secretarias de Estado, pelo Arquivo Público do Distrito Federal, pela Novacap, pela Terracap e, num dos seus artigos, também estabeleceu a possibilidade, a convite



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	5

desta comissão, da participação da sociedade civil organizada, com a finalidade de estabelecer um calendário de eventos com foco em nosso patrimônio e de acompanhar a execução de todos esses encaminhamentos. O Governador, nesse decreto, também tornou obrigatória a inscrição da frase “Brasília – Patrimônio da Humanidade” em todos os documentos oficiais do GDF, coisa que nós também devemos acompanhar aqui nesta Casa Legislativa.

Quero saudar a presença do Deputado Chico Leite.

No dia 21 de março, todos nós pudemos ler no *Correio Braziliense* uma entrevista da arquiteta Maria Elisa Costa, filha do saudoso Lúcio Costa. Ela defendeu naquela entrevista, com muita propriedade, que o tombamento e a honraria de patrimônio mundial não impedem o crescimento e a dinâmica de Brasília. Para ela, a preservação da cidade não requer uma mentalidade dura e radical. Em sua opinião, a cidade pode, sim, adaptar-se às novas demandas e ao inevitável crescimento, desde que isso não altere o que chamou de partitura do projeto de Lúcio Costa.

Da mesma forma, Lúcio Costa, como bom humanista que era, tinha clareza de que estava inventando uma cidade, que essa cidade teria vida e que, obviamente, conflitos de interesses iriam acontecer, demandas iriam acontecer. E ele próprio, em um seminário realizado em 1974, defendeu as ideias essenciais do seu projeto e abriu as portas para aquilo que ele chamou de novas experiências, desde que respeitados os princípios determinantes das escalas e a abertura plena dos pilotis, entre outras coisas.

Ser ícone do modernismo brasileiro, afirmação da brasilidade no urbanismo e na arquitetura e coração da Reserva da Biosfera do Cerrado — outra distinção da qual não podemos nos esquecer —, dá a Brasília a vocação para ser um grande centro de estudos, de irradiação de ideias, de cultura e de turismo, o que é um forte fator de desenvolvimento econômico e social para a Capital e para todas as cidades do Distrito Federal e do Entorno, sem perder de vista a proteção e a valorização do nosso ímpar patrimônio. Aliás, deve-se entender que ser Patrimônio Cultural da Humanidade é que possibilita a Brasília essa perspectiva de desenvolvimento econômico e social. Nós sabemos, portanto, que estamos falando de uma cidade viva, dinâmica; não estamos falando de um sítio arqueológico. Mas é preciso que saibamos como arbitrar o que pode e o que não pode ser feito numa cidade em construção. Quais são as instâncias de defesa e planejamento do núcleo tombado e da área do Entorno? Como trabalham e dialogam essas instâncias? Como separar as demandas de uma sociedade viva das pressões da especulação imobiliária?

Como sabemos, há inúmeros instrumentos e instâncias governamentais nas esferas local e federal de defesa de Brasília. Registre-se que a Constituição Federal, em seu artigo 24, estabelece que compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico (Constituição Federal, art. 24, inciso VII.). Ademais, também



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	6

comanda a nossa Carta Magna ser da competência administrativa comum aos entes federativos, e aí se incluem também os municípios, a preservação do patrimônio cultural.

Entretanto, chegam a surpreender as agressões que sofre a cidade. Afinal, era de se esperar que houvesse uma ação forte e combinada dessas instâncias de gestão, planejamento e fiscalização da área tombada e do seu Entorno. Por que isso não tem acontecido? Nós sabemos muito bem que não bastam as leis. Por exemplo, não basta que nós tenhamos o plano da área tombada, o plano de conservação do complexo urbanístico da área de Brasília. É preciso que as relações reais da sociedade, as ações sociais, as relações de poder contribuam para preservar aquilo que a lei diz. Então, é preciso que nós tenhamos consciência disso. Sobretudo, é preciso que entendamos essa dinâmica e a construção que temos que fazer para, de fato, assegurar a preservação de Brasília.

Uma coisa que também temos que nos perguntar: e a participação da sociedade civil nas instâncias decisórias? Tem sido garantida? Aqui é importante fazer uma referência ao nosso grande lutador por Brasília, o médico e pioneiro Ernesto Silva, que nos deixou em fevereiro de 2010 e que comprou muitas brigas juntamente com tantos outros companheiros e companheiras, guerreiros e guerreiras que estão aqui presentes — depois nós vamos nos referir a muitos deles —, em defesa da nossa Capital.

Algumas das principais batalhas aconteceram durante as reuniões do Conselho de Preservação da Área Tombada de Brasília – CONPRESB. Criado em 2003, o Conpresb reunia especialistas, representantes da sociedade civil, dos governos local e federal, do setor produtivo, que debatiam mensalmente medidas de proteção do plano urbanístico da cidade. Mas o órgão que tinha poderes até para questionar leis aprovadas na Câmara Legislativa e no GDF, em desconformidade com o tombamento, foi sepultado em 2006, poucos anos depois de sua criação. Nesta Casa Legislativa, vários de nós que aqui estávamos, à época, fomos vozes que nos posicionamos contrariamente à extinção do Conpresb. Hoje, temos o heróico trabalho do Conselho para a Preservação de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade – CONBRAS, que tem como membros muitos pioneiros e apaixonados pela cidade. O conselho reúne-se no Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal para tratar dos temas relevantes para Brasília e deveria ser mais ouvido pelas autoridades. Infelizmente, não tem o poder decisório que tinha o Conpresb.

É fundamental que se estabeleça um diálogo permanente entre os entes e organismos decisórios e fiscalizadores do patrimônio e que se recuperem os instrumentos e instâncias de participação da sociedade civil, das universidades e de outros setores e movimentos que compõem a vida da cidade. Essa é uma questão que deixo para o debate dos especialistas que estão nesta Mesa e na audiência desta comissão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	7

Por oportuno, cabe registrar que está prevista uma legislação complementar para definir norma de cooperação entre os entes federativos com a finalidade de disciplinar maneiras de reduzir a duplicidade de esforços e os antagonismos administrativos. Essa legislação ainda não foi produzida e pode ser um dos encaminhamentos que nós venhamos a propor nesta reunião junto ao Governo Federal.

Como tratar das agressões autorizadas pelas administrações anteriores, presentes e futuras — edifícios residenciais na beira do Lago, ocupações de áreas públicas, fechamentos de pilotis, coberturas no sétimo andar e tantas outras? Acredito que a histórica falta de articulação entre os órgãos de planejamento, preservação e fiscalização locais e entre as esferas distrital e federal na gestão da área tombada tenham sido determinantes para que oportunistas de plantão iniciassem as agressões urbanísticas e arquitetônicas ao Plano Piloto, algumas das quais entendemos de difícil reversão.

Bem assim, a lógica capitalista que ainda prevalece e pauta o desenvolvimento urbano nas grandes metrópoles trata o espaço como mercadoria imobiliária. Brasília, infelizmente, não escapa dessa lógica perversa e predatória. Dados de 2009 do Creci-DF mostram que o Distrito Federal já se constitui no segundo mercado imobiliário do País, perdendo apenas para São Paulo nesse *ranking*. Noroeste, Águas Claras, quadras 500 do Sudoeste e os luxuosos edifícios residenciais na orla do Paranoá são exemplos da avidez de certos empresários da construção civil, alguns dos quais chegaram a alçar altos postos em governos do Distrito Federal. Temos que destacar, também, as ações clientelistas de gestores e políticos que, de olho no financiamento de campanhas, privilegiam interesses de grupos que nem sempre se coadunam com o interesse público e com a preservação da cidade — aliás, quase nunca.

Aí nós também temos de ter um sentimento de esperança: a esperança nos movimentos em defesa da cidade que têm surgido por iniciativa de moços e moças brasilienses de nascimento ou de adoção, como nossa Brasília, que faz parte da rede social brasileira por cidades justas e sustentáveis; esperança em jovens que fazem do amor por Brasília o seu trabalho, como a turma da Tríade Patrimônio, Turismo e Educação; esperança nesses nossos guerreiros e guerreiras que colocam como centro da sua atividade em nossa cidade a defesa do Patrimônio Cultural da Humanidade, do qual o Instituto Geográfico é uma expressão muito importante; esperança dos nossos prefeitos de quadras, nossos conselhos comunitários e todos aqueles que amam a nossa Capital.

O argentino Luís Maria Calvo e o espanhol Carlos Sambrício, consultores da Unesco que estiveram em missão na Capital, na semana passada, ficaram impressionados com o interesse dos moradores do Distrito Federal e dos meios de comunicação sobre a inspeção que realizariam por aqui. Para eles, isso demonstra que a população tem sensibilidade urbana e que existe uma preocupação verdadeira



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	8

quanto à preservação do projeto original. Essa visita da missão da Unesco, diga-se de passagem, foi provocada por pedidos dos próprios moradores organizados em defesa do patrimônio e lideranças comunitárias, muitas das quais estão aqui, e quero cumprimentar todas. Foram essas pessoas que, organizadas, prepararam documentos sobre a situação em que a área tombada se encontrava e enviaram dossiê para a sede da Unesco.

Maria Elisa Costa ficou emocionada com a mobilização da sociedade pela preservação de Brasília. Para a reportagem já citada, ela disse: "(...) é a melhor recompensa que meu pai poderia ter. Ouso dizer que sentir Brasília querida como é hoje pelos seus moradores me toca até mais do que ser Patrimônio Mundial". Eu acho que ela tem razão. O fato de a população sentir cada vez mais Brasília como sua é mais do que qualquer honraria — local, nacional ou mundial —, a maior salvaguarda. Esse sentimento de pertencimento, esse sentimento de ser, de participar, de pertencer e de ser pertencido pelo lugar é de longe a maior esperança e segurança que podemos ter quanto à preservação de nossa Capital.

Não acredito que Brasília seja incluída na temida lista de patrimônio mundial em perigo na próxima reunião da Unesco em São Petersburgo, mas temos de estar sempre alertas e atuantes para evitar esse desdobramento no futuro.

Brasília representa a ousadia, o vigor do nosso povo e a vanguarda do pensamento mundial e nacional. Sua construção é o marco da afirmação definitiva de brasilidade e da superação do atraso, não só nas artes, arquitetura e urbanismo, mas em todos os âmbitos da vida. Lugar de revolucionárias experiências no campo da educação, da assistência social, da saúde pública, que, embora sufocadas pelos governos militares e civis, voltaram e voltarão a germinar nesse período, inspirando, inclusive, grandes diretrizes políticas nacionais.

O Parlamento local, mais do que fórum privilegiado para esse debate, tem de ser protagonista na bandeira da defesa do nosso Patrimônio Mundial. Afinal, a realização que, no dizer de Lúcio Costa, foi "comovente e fundamental para o País" também exige de nós essa postura.

Pretendemos realizar outros eventos com esse tema: audiências públicas em que possamos ouvir todos os representantes da comunidade, mas hoje é o início desse debate, pelo menos nesta comissão geral. É importantíssimo ouvirmos aqui a posição do Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria da Cultura, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação; do Governo Federal, por meio do Iphan; da sociedade civil, por meio da ANPUR – Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional e do IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil.

Por isso, agradecemos a presença de todos. Pedimos que, depois, o Presidente da Mesa cite os nomes de algumas ilustres presenças que estão aqui conosco.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	9

Dessa forma, encerro a minha fala, repassando os trabalhos para o Presidente da Sessão.

(Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Parabéns, Deputada Arlete Sampaio. Registro as presenças do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça — ressaltando a importância da presença de S.Exa. —, que já foi citado, o Deputado Chico Leite; do Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, Deputado Cláudio Abrantes; do Exmo. Líder do Governo na Câmara Legislativa, Deputado Wasny de Roure; da Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Deputada Liliane Roriz. Essas são comissões extremamente importantes, e todo trabalho feito na Câmara passa por elas. Estão presentes os Presidentes dessas comissões, a fim de acompanharem esta comissão geral tão importante para todos nós, que foi assinada pela Deputada Arlete Sampaio, como também pelo Presidente de Comissão de Assuntos Fundiários, Deputado Cláudio Abrantes, e pelo Líder de Governo, Deputado Wasny de Roure.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE – Boa tarde a todas e a todos. Sejam bem-vindos a esta Casa, que precisa se erigir. E este é um momento muito oportuno para que todos nos comprometamos com isto: com a grande trincheira de defesa de Brasília como Patrimônio Mundial, como luz e como fonte de absoluta preservação. Esta Casa precisa ter esse compromisso. O ideal é que tivéssemos todos os Parlamentares aqui presentes para que todos fossem ao microfone gravar em notas taquigráficas: “Eu me comprometo a defender a nossa cidade sobre qualquer outro interesse.” Registrado em ata assim.

Por isso, eu quero começar parabenizando a Deputada Arlete Sampaio, o Deputado Cláudio Abrantes e o Deputado Wasny de Roure pela iniciativa. Cumprimento, também, o Líder do nosso Bloco, Deputado Chico Vigilante.

Presidente Deputado Joe Valle, peço licença a V.Exa. para proceder ao cumprimento daqueles que aqui na mesa procederão a este debate nesta trincheira: o Sr. Presidente do IAB, Paulo Henrique Paranhos; o Sr. Secretário Executivo da Anpur, Benny Schasberg; o Sr. Diretor do DEPAM/IPHAN – Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Andrey Schlee; O Sr. Secretário Adjunto de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano, Rafael Oliveira; o Sr. Secretário de Estado de Cultura, Hamilton Pereira — a preservação do patrimônio histórico em Estados como a França estão exatamente na página da cultura, isso é um sinal fundamental da sua importância —; muito especialmente ao Deputado Joe Valle, que preside esta audiência e que também é um dos lutadores incansáveis. Acho que não esqueci nenhum colega. Também vou pedir permissão para não correr o risco de, ao citar inúmeras figuras presentes na defesa do nosso patrimônio, esquecer uma ou outra, um ou outro, e cometer injustiça insuperável.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	10

Deputada Arlete Sampaio, eu não poderia deixar — vemos a Secretária Olgamir presente — de passar por aqui. V.Exa. se lembra de nossa luta incansável aqui em legislaturas passadas para proteger esta cidade, nosso ouro. Eu não poderia deixar de dar uma passada aqui para deixar essa contribuição e esse compromisso.

Brasília é um dos marcos do urbanismo e da arquitetura do século XX. Única cidade moderna tombada pelo Patrimônio Mundial.

Lúcio Costa concebeu o projeto tido pelo júri como o único adequado à Capital. Com poucos desenhos, mas com um memorial descritivo que fascinou o júri. Lúcio venceu diversas outras propostas apresentadas àquela comissão julgadora do concurso de Brasília, em 1957.

A proposta era brilhantemente simples. Tudo que é brilhante é simples. Só é brilhante se for simples. Uma intersecção de dois eixos, adaptada à topografia: no Eixo Monumental, os edifícios principais, cujos projetos ficariam posteriormente a cargo do nosso Oscar Niemeyer; no Eixo Rodoviário foram projetadas as superquadras, composta por onze projeções e uma escola; no cruzamento entre os dois eixos, a Rodoviária e a Torre de TV. Repetir o que não podemos esquecer é sempre bom. O óbvio precisa ser repetido até nas relações afetivas que hoje já não é mais tão óbvio assim.

Assim começavam a se delinear as características principais do projeto, fruto da originalidade, da criatividade humana, da história humana. Tanto que mereceu da comissão julgadora um comentário: plano claro, direto e fundamentalmente simples. Tem o espírito do século XX: é novo, é livre e aberto, é disciplinado, sem ser rígido. Da simplicidade nasceu Brasília. Da genialidade de seu idealizador, nasceram os fundamentos que definiram os pressupostos a serem preservados. A escala bucólica: dos espaços abertos, das amplas áreas verdes, dos gramados arborizados; a escala monumental: dos edifícios públicos, dos Ministérios, da sede dos três poderes da União; a escala gregária: no cruzamento dos eixos, onde se situam os pontos de encontro, as atividades de trabalho e lazer agregadoras, o movimento de ir e vir e se encontrar, marcado pelos setores bancários, pela rodoviária e os setores de diversão; a escala residencial: onde os blocos de apartamento se assentam sobre pilotis para conferir a sensação de liberdade, favorecer a iluminação e a ventilação para amenizar as condições do cerrado e assegurar amplitude de espaço.

Assim a Capital do Brasil passou a ser protegida em três instâncias distintas. Destaco a proteção federal, por meio do Livro do Tombo Histórico, inscrição nº 532 e a inscrição nº 445, de 1987, na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco. Algumas normas se fizeram necessárias, como o Decreto Distrital nº 10.829, de 1987, a Portaria nº 314, do Iphan, de 1992, e a própria Lei Orgânica do Distrito Federal, que é de 1993.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	11

Sem dúvida, a Capital de todos os brasileiros merece os nossos esforços voltados à preservação de um patrimônio que extrapolou fronteiras, configurando-se em um Patrimônio Mundial.

Por outro lado, é preciso também conciliar a sua preservação à dinâmica própria dos núcleos urbanos modernos. Após 55 anos da concepção do projeto original, Brasília, e agora me refiro ao Plano Piloto, convive com problemas típicos de núcleo central de uma mancha urbana formada por mais de 2,3 milhões de habitantes que vivem no DF, além de outros 1, 3 milhão residentes em municípios da RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

O Plano Piloto, como chamei, concentra maciçamente os empregos, cerca de 70%, as opções culturais, esportivas, de lazer, educacionais, médicas etc — é o destino final de centenas de milhares de veículos todos os dias, com seus efeitos danosos ao meio ambiente e à mobilidade. Por essa razão há tantas demandas: os setores de comércio querem crescer e se diversificar; as salas comerciais são transformadas em quitinetes; pousadas são instaladas em residências; a beira do Lago se transforma, como disse a Deputada Arlete Sampaio, em novas quadras residenciais — dói; os moradores se cercam com grades para se protegerem da violência; as áreas verdes são destruídas e dão lugar a novas vagas de estacionamento.

Preservar o projeto original de Brasília, a "Brasília Capital do País", significa concebê-la como parte de uma região metropolitana, constituída ainda pela Brasília formada pelas regiões administrativas e pela Brasília formada pela Ride porque essas "Brasílias" convivem juntas, porém a "Brasília Tombada" sofre demasiadamente os efeitos da carência das demais.

Na minha modesta avaliação, é necessário ampliar oportunidades — abrir postos de trabalho, de cultura, de lazer, escolas de qualidade, hospitais de referência nas regiões administrativas, reduzindo-se assim a dependência extremada e a enorme pressão sofrida pelo Plano Piloto, que já se mostra fragilizado, sufocado. Então, nós precisamos, Prof. Paviani, diversificar isso urgentemente. Essa concentração de oportunidades é muito ruim para todos nós. É preciso haver um planejamento econômico estratégico.

Concentrar investimentos e oportunidades é comprometer os pressupostos que deram à cidade o título de Patrimônio da Humanidade. A melhor contribuição que podemos dar à preservação de Brasília é reduzir a pressão sobre ela.

Em direito, a gente diz que vive eternamente em conflito: de um lado, a preservação do que temos de mais caro; do outro, a cidade real que vai se realizando sem que venhamos a desejar, seja pela inexistência de políticas públicas ou por políticas públicas avassaladoras, destruidoras pelo preço que isso adquiriu, seja pelas circunstâncias da necessidade de seu crescimento, lamentavelmente, absolutamente desordenado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	12

Então, nós temos o desafio para resolver esse conflito. Eu vim trazer como contribuição o meu compromisso, mas não respostas. É por isso que eu quero deixar essa indagação para que resolvamos juntos porque quem sabe da cidade é quem vive nela e a ama, não são os gabinetes e os ar-condicionados ou os especuladores.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito bem, Deputado Chico Leite. Nesse momento, eu gostaria de passar a presidência dos trabalhos para a Deputada Arlete Sampaio, ao mesmo tempo em que convido o Deputado Cláudio Abrantes para tomar assento à Mesa.

(Assume a Presidência a Deputada Arlete Sampaio.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, Deputado Joe Valle. Quero convidar para fazer uso da palavra o companheiro Deputado Wasny de Roure, que é coautor do requerimento.

Depois vamos ouvir os nossos convidados. Nós todos estamos ávidos por saber o que cada um vai falar sobre os temas que aqui foram postos.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Querida Deputada Arlete Sampaio, aproveito para cumprimentar toda a Mesa, o Benny, o Rafael, o Hamilton Pereira, nosso Secretário da Cultura, o Sérgio Paranhos, como também o nosso Dr. Schlee, os colegas Deputados que estão aqui, Secretários, vejo ali o Cláudio também, o Jorge, enfim, tantas pessoas ilustres, a Elza Conzi, o Sr. Paviani, meu ex-professor, aquele que é o eterno professor que carregamos na nossa caminhada. Vejo tantas figuras ilustres aqui, o Henrique e a turma dele da Vila Planalto.

A minha palavra é muito curta e objetiva, até porque, como dizem os ingleses, não foram duas aulas, foram duas *lectures*. Depois que a Arlete falou, muito bem assessorada pela Luizinha, e o Chico Leite, com sua equipe, brilhante expositor, eu queria fazer rapidamente... Cláudio, o nosso parceiro também, esse companheiro que é um dos pilares, ele e o Joe, dentro desta Casa, que temos de valorizar.

Eu gostaria de fazer uma rápida reflexão sobre a presença da Unesco em recente visita à Brasília. Considero, Deputada Arlete Sampaio, esta audiência muito própria para o momento que estamos vivendo. Estamos retomando um debate que foi negligenciado. Foi feito dele um processo de politização muito intenso numa das áreas nobres da cidade, que foi utilizado como forma de discriminação social, com o que não podemos conviver e que não podemos aceitar.

Quem conhece a história de Brasília, e eu sou um daqueles... Eu era um pirralho quando assisti à inauguração de Brasília. Meu pai era um mecânico que veio para cá e não pôde morar no Plano Piloto porque não tínhamos condições financeiras à época, mas éramos moradores do Núcleo Bandeirante.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	13

Eu me sinto honrado com todo o esforço que os nossos candangos proporcionaram à história do Brasil e à história da cidade em particular, todo o esforço técnico-urbanístico dos nossos pensadores e pais da nossa formulação arquitetônica e urbanística que Brasília representa, o Oscar Niemeyer e o Lúcio Costa.

Brasília vive esse pulsar permanente. A presença da Unesco vem retomar esse debate e vem reposicionar para todos nós a importância de Brasília, não apenas do ponto de vista da arquitetura, mas daquilo que este País representa hoje no cenário internacional. Portanto, foi como um dever de casa.

Até acho que este governo recebeu um puxão de orelha um tanto quanto indevido porque ele recebeu uma herança pela qual tem que responder, mas creio que foi importante, porque também não sei se outros que o recebessem cuidariam das observações com a devida responsabilidade.

Rafael, sei que vocês viveram momentos difíceis, delicados, quando a própria comunidade em audiência não aceitou a presença da Secretaria. Entendo que essas coisas são da dinâmica da democracia, da capilaridade do poder popular diante de uma inquirição difícil e de respostas que talvez não tenhamos, mas que era necessário ser feita.

Portanto, essa dinâmica tem que ser valorizada nesta Casa, Deputada Arlete Sampaio, Deputado Cláudio Abrantes, Deputado Chico Leite, Deputado Joe Valle. Nós precisamos assumir isso como uma responsabilidade que não pode ser negligenciada. Este é um debate da maior envergadura. Nós estamos vivendo um processo de disputa com o poder econômico incalculável. Nós não temos noção do embate político e econômico que estamos enfrentando neste momento com todo o poder que tenta se assenhorear desses espaços nobres da cidade.

Naturalmente, ao debate da 901, eu acho, Rafael, que foi da maior importância a visita da Unesco, antes mesmo do desenlace, mas passar por um crivo de uma instância que também tem autoridade. Porém, não podemos ter a conduta e a postura sem nenhuma capacidade de dialogar, como se colonizados fôssemos, e colonizadores fossem eles. Essa era já passou. Temos maturidade para enfrentar o debate, qualificar e saber, exatamente, em quais parâmetros podemos avançar, e em quais não podemos.

Portanto, considero essa pontuação muito importante nessa fase que a Câmara Legislativa vai viver nas próximas semanas. Primeiro é o debate do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, depois é o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB, em seguida será Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS. Três matérias, portanto, da maior relevância para Brasília. Agora, não podemos ter uma postura e uma atitude de entender que a cidade não pulsa, que a cidade não tem vida. E exatamente em uma situação absolutamente latente,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	14

em que o Ministério Público, a Câmara Legislativa, o Poder Executivo e a sociedade civil organizada têm que dialogar e têm que apreciar.

Entendo que é extremamente importante, porque, recentemente, visitando a área de reserva da quadra 114, eu pude observar como somos negligentes, seja o Poder Público, e, às vezes, as próprias lideranças das comunidades que olham muito vinculados a seus interesses específicos. Em parte elas têm razão. Estava observando na 114 — tenho certeza de que algumas pessoas conhecem —, a saída do estacionamento do subsolo de um dos blocos é uma coisa absolutamente criativa, mas com alto índice de acidentes. Quem conhece a 114 sabe exatamente a que bloco estou me referindo, pois eu não tenho aqui a certeza da letra do bloco. Mas é para demonstrar que algumas correções vamos ter que enfrentar. E olha que eu faço esse debate com a devida noção de responsabilidade, porque Brasília é um patrimônio para o qual todos nós temos o dever...

Encerro as minhas palavras, Deputada Arlete Sampaio, até porque V.Exa. esteve no evento, o Deputado Joe Valle também, um evento singular, que é a inclusão de oito hectares no Parque Olhos D'Água. Quer dizer: às vezes, nós não observamos e criticamos muito a Câmara Legislativa, mas foi um projeto desta Casa. E a maioria dos projetos de parques de Brasília foi de iniciativa desta Casa. Hoje Brasília — se não me falha a memória — tem em torno de um número, 60 ou 64, é um número expressivo de parques que conseguimos proporcionar e que, talvez, Professor Paviani, nós não teríamos condições. O próprio Parque da Asa Sul é um projeto que nasceu dentro desta Casa.

Então, às vezes, a gente quer depreciar o Poder Legislativo, e é o Poder que está com mais acesso da população, em que a população dialoga. O que nós temos que fazer é aprimorá-lo, fazê-lo andar com suas próprias pernas, mas de maneira transparente, de maneira ativa e de maneira responsável.

Portanto, esta audiência resgata uma longa e difícil caminhada. Inclusive, suponho que o Rafael vá falar da realização da audiência do PPCUB, e eu espero que todos nós estejamos nessa audiência, porque ela será da maior importância para os próximos anos de Brasília. Discutir a área tombada de Brasília, esse Patrimônio da Humanidade, não é apenas uma questão pontual de um projeto de lei ou de uma audiência pública; é uma longa caminhada, que passa inclusive por pequenas decisões.

Muito obrigado. Meu abraço a todos os nossos palestrantes de hoje à tarde. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Esta Presidência gostaria de informar a todos que a Secretária do Estado da Mulher precisa se retirar desta sessão. Algamir, nós agradecemos a sua presença.

Neste momento, registrarei a presença de algumas presenças ilustres: professor Aldo Paviani, do Conbras, do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	15

Federal e professor emérito da Universidade de Brasília; professor Cláudio Queiroz; coronel Danton Nogueira; professora Darcy Dornelas; professora Denise Coelho; Sra. Eliete Tali; Sr. Jarbas da Silva Marques; professor José Carlos Coutinho; Sr. Luís Carlos de Oliveira Cerqueira, do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal; Sr. Raimundo Nonato, do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal; Sr. Saulo Santiago, do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal; Sra. Sueli Gonzales, da Universidade de Brasília; Sra. Telma de Fátima Ferrão, do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal; Sr. Wilson Wander Lopes, do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal e Presidente da Confraria dos Cidadãos Honorários de Brasília; Sra. Flávia Portela, prefeita comunitária do Setor de Diversões Sul; Sra. Tatiana Petra, da Tríade Patrimônio Turismo e Educação; Sra. Patrícia Herzog; Luiz Philippe Torelly, do Iphan; Sr. Jorge Vinhas, do Iphan; Sr. José Leme Galvão, do Iphan; professora Iara; alunos da Universidade Católica, da Universidade de Brasília, do UniCeub e da Unip.

Neste momento, passo a palavra ao Presidente do IAB-DF, Sr. Paulo Henrique Paranhos.

SR. PAULO HENRIQUE PARANHOS – Deputada Arlete Sampaio, eu queria agradecer o convite e, em seu nome, cumprimentar todos os Deputados, todos os componentes da Mesa e todas as pessoas presentes neste plenário.

Eu gostaria de dizer que estou aqui representando o Instituto de Arquitetos do Brasil, seção DF, talvez nem tanto pelo mérito, mas pelas circunstâncias, principalmente diante de uma plateia tão qualificada. Eu diria que esses momentos acontecem com a gente, talvez, muito mais pela vontade em contribuir do que pela capacidade em representar de fato todos aqueles arquitetos, os professores, o professor da Universidade de Brasília, amigos do Sindicato dos Arquitetos, amigos do Iphan, enfim, tantos parceiros com os quais nos unimos nos momentos cruciais.

Apesar de muitas vezes não termos o apoio até mesmo da imprensa e de alguns representantes do setor público, do Legislativo, do Executivo, em momentos cruciais, essas são as pessoas que nos acompanham nas nossas visitas, como o professor Coutinho, que cumpre conosco uma tarefa árdua de lutar junto à comunidade da Vila Planalto. Todos aqueles que estiveram conosco, como o Júnior, do sindicato, quando fizemos um ato aparentemente estudantil, mas politicamente muito honroso e marcamos presença na 901, num momento em que o Iphan sequer tinha decidido qual seria de fato a palavra final. Não posso esquecer que gravei uma entrevista para o *Correio Braziliense* de quase toda uma manhã e, no outro dia, não consegui ver sequer uma linha que tratasse do assunto.

Na reunião com os representantes da Unesco, eu tive três minutos de fala. Três minutos esses que o IAB não conhecia antes, talvez pelo meu pouco prestígio à frente do instituto. Achei o tempo superlimitado. Eu brincava que era o meu momento de glória, que eu não sabia como fazer o milagre para, naqueles minutos,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	16

colocar o anseio, a angústia, a tristeza que temos vivido com a realidade desta cidade.

Inicialmente, eu disse a eles que eu estava vendo-os naquele momento como parceiros de uma caminhada, e não como um santo milagreiro que pode vir do Primeiro Mundo e insistir em mostrar para nós mesmos que, no campo da cultura, muitas vezes nos comportamos como país ainda colonizado.

Brasília é um projeto de nação. Subestima-se muito o projeto e se insiste em trazer o debate para um nível inconcebível, quando os interesses privados pensam que esta cidade não tem condições para ser patrimônio, para ser preservada dentro de uma perspectiva de crescimento, de desenvolvimento, de uma agenda positiva. Os governos se reduzem a fazer desse processo um processo de castigo e não de virtude.

Ainda ontem, em uma audiência no Palácio do Buriti, eu pude dizer a alguns membros do governo que o Instituto de Arquitetos do Brasil, em uma ação política consciente, talvez nem a mais correta nem a mais brilhante, talvez nem aquela que pudesse ocupar as páginas dos jornais, como alguns outros colegas de outros institutos que outrora estiveram conosco, mas hoje, lamentavelmente, não lutam de fato pela preservação da cidade... Estou falando das épocas áureas em que o Instituto de Arquitetos do Brasil se juntava à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, juntava-se à Ordem dos Advogados do Brasil, juntava-se à Associação Brasileira de Imprensa e conseguia fazer transformações importantes neste País. Hoje, os momentos são outros.

Acabamos de ouvir a palavra do Deputado Wasny de Roure e do Deputado Chico Leite, além das bonitas palavras da amiga Deputada Arlete Sampaio, de cujo apoio sempre contamos. Eu concordo plenamente que a solução não está apenas dentro dos gabinetes, mas, enquanto não conseguirmos enxergar, lermos nas políticas públicas, no PDOT, no PPCUB, no projeto da LUOS, enfim, nas ações diretas ou indiretas do Governo do Distrito Federal, nas ações diretas ou indiretas desta Casa, no sentido de entender esse processo e tirar esse debate da mediocridade de se falar em engessamento e crescimento, mas, sim, nas virtudes de uma cidade do século XX preservada e bem entendida, o discurso acaba se limitando à questão das quatro escalas.

Eu acredito que, se tivéssemos nos balizado pelo nível do debate que acontece hoje, a Unesco não teria feito o tombamento. A concepção do projeto, no meu entendimento, é muito maior e deve ser muito mais aprofundada. Este debate deve ser levado à sociedade como um todo para resguardar e para, de certa forma, incorporar, de uma maneira talvez mais trabalhada, os anseios verdadeiros daquela síndica de um bloco da 308, a quem nós arquitetos falamos que aquela planta que ela estava colocando não era a mais adequada. E ela, naquele momento, com o verdadeiro anseio e vontade de preservar esta cidade, na hora, ouviu os conselhos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	17

dos colegas arquitetos e avançou, no sentido de uma proposta mais interessante, com entendimento da questão do parque, da área verde, enfim, de toda aquela sabedoria do projeto de implantação da 308.

Propositalmente, eu estou falando de sociedade civil, estou falando de estudo de arquitetos, estou falando da Câmara e estou falando do governo. Não consigo entender — e esse foi o nosso documento entregue a Unesco, dentre outros — como é possível fazermos um trabalho de preservação, como é possível isso acontecer em uma cidade com a dinâmica de Brasília, uma cidade tombada em pleno século XX, sem a participação concreta e direta da sociedade civil. (Palmas.)

Não consigo entender que agenda é essa que fala em preservação, se nós não estivermos sentados, juntos e constantes, em um trabalho contínuo, focados nesse tema. Não é, como disse o Deputado, uma ação fácil. E não vai ser com um pires na mão, chegando de gabinete em gabinete, pedindo apoio para preservar a 901. Acho que nós não teremos evidência maior que esta de que vai ser possível sonharmos com a preservação desta cidade.

Esse falso discurso da magnitude das negociações que acontecem, como disse o Deputado, que acaba trazendo com consequência a redução do debate e a maneira desvirtuada de colocar a Capital, esse Patrimônio Cultural da Humanidade, com certeza não nos levará ao lugar que podemos esperar. Com certeza, não nos levará se nós não nos mobilizarmos, se nós não acreditarmos, de fato, que esse governo está construindo, de forma clara e evidente, um novo caminho, no sentido da preservação desta cidade. E, nesse sentido, eu sempre digo e posso continuar dizendo que, assim que o Governador Agnelo Queiroz foi eleito, nós entregamos a ele um documento, com o apoio da Universidade de Brasília, do sindicato, de várias lideranças da área da arquitetura e urbanismo, em que apresentamos as nossas propostas. E estamos dispostos, a qualquer momento, a discutir esse documento. Isso não aconteceu ainda, mas sempre ficamos na esperança, na expectativa.

Eu não trago grandes novidades, mas trago muita esperança e muita expectativa de que a Deputada Arlete Sampaio e os outros Deputados possam, de fato, a cada momento, abrir um pouco mais essa agenda e fazer essa transformação que tanto esperamos.

Até acho, Deputada, que a nossa ingenuidade política, a nossa falta de profissionalismo das grandes negociações, de sentar às mesas importantes da República nos fazem ter essa ansiedade, essa angústia, essa pressa. Talvez a gente tivesse de ter um pouco mais de experiência para ter um pouco mais de paciência. Mas, já disse pessoalmente, já disse nesta Mesa quando debatemos a questão da mobilidade, que todos esses programas não podem continuar acontecendo da forma como estão acontecendo. Enquanto não houver um diálogo estreito entre o PPCUB, o PDOT e a LUOS; enquanto nós tivermos o nosso sistema de transporte sendo discutido e efetivado em agências e empresas; enquanto a sociedade civil não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	18

participar do desenvolvimento dos projetos do metrô, do VLT, com certeza não teremos o resultado que merecemos. Até diria que a sociedade civil organizada, as pessoas mais preparadas devem participar e devem ser convidadas a participar desse debate — o que lamentavelmente ainda não está acontecendo.

Mais que tudo, eu reitero a questão que colocamos para a Unesco. É bem verdade que, após a minha fala, eles me procuraram e me pediram alguns documentos que demonstrassem a realidade dessa luta. Eu disse a eles que aquela imprensa que naquele momento tratava desse assunto não era a nossa realidade do dia a dia, embora revelasse naquele momento um fato muito importante e revelasse de forma clara os anseios da sociedade.

Naquele dia, as nossas lideranças da sociedade civil se posicionaram de uma forma muito transparente, muito honesta e muito evidente. E o instituto apoiou essas colocações, como vem apoiando há muito tempo, trabalhando nas diversas possibilidades, em diversos diálogos. Lamentavelmente junto, inclusive ao Ministério Público, nos momentos em que não conseguimos fazer ecoar os nossos anseios. Mas, de fato, acho que, muito mais do que pura e simplesmente manter esse debate com aqueles que não estão interessados, nós queremos abrir esse diálogo com o governo e com os nossos representantes que estejam interessados e que queiram fazer um debate sério em um nível que realmente traga preservação para a cidade. Caso contrário, estamos fadados ao insucesso.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada ao nosso Presidente do IAB/DF, Paulo Henrique Paranhos.

Vou passar a palavra ao próximo orador, mas antes disso, anuncio, com muita alegria, a presença da nossa querida amiga, ex-Secretária de Cultura do Distrito Federal, Maria Duarte. Depois, vou fazer referência a muitos outros que estão presentes, mas, para não alongar, passo a palavra agora ao Professor Benny Schasberg, que representa aqui a Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional – ANPUR e é professor da Universidade de Brasília.

SR. BENNY SCHASBERG – Boa tarde a todas e a todos. Inicialmente, eu parabeno aqui a Deputada, amiga e companheira Deputada Arlete Sampaio e a todo o gabinete dela, especialmente a Luizinha, pela iniciativa excepcional para nós, essa oportunidade de discutirmos aqui o futuro e o presente da nossa cidade. Antes de representar a Anpur, sou professor da Universidade de Brasília, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, e quero também registrar, como vários colegas que me antecederam fizeram, a presença do professor José Carlos Coutinho, do professor Aldo Paviani e do professor Cláudio Queiroz, que também foi superintendente do Iphan — todos eles certamente mais qualificados do que eu e sempre com muita contribuição qualificada para este debate.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	19

Eu quero comentar alguns pontos rápidos. Eu quero dizer que preservar Brasília como Patrimônio Cultural é uma tarefa imensa para todos nós. Primeiro, porque Brasília é efetivamente o maior sítio, é a maior área contemporânea como um bem de reconhecimento mundial, que recebe a honraria do título de reconhecimento mundial. Só o sítio do conjunto urbanístico tombado é maior do que Paris, uma cidade que, enfim, há séculos tem o reconhecimento como uma expressão cultural da humanidade.

Eu queria lembrar aqui as palavras de um amigo nosso, o José Roberto Bassul, que dizia, comparando as três cidades: “O Rio de Janeiro é uma obra da natureza, Paris é uma obra da cultura e Brasília é uma obra de arte”. Eu acho importante essa reflexão, porque a nossa cidade desde sempre viveu e vive o debate urbanístico e arquitetônico, e nós temos acendido cada vez mais esse debate agora com a visita novamente da missão da Unesco, buscando examinar o estado de preservação do conjunto urbanístico tombado. A Unesco dialogou com o Governo Federal; com o órgão de tombamento por excelência, o Iphan, que tem a atribuição, a responsabilidade da política de preservação; e com o Governo do Distrito Federal, que tem a responsabilidade local de implementar a política de preservação do patrimônio e teve também a generosidade de receber representantes da comunidade, de entidades. O Paranhos comentou que esteve lá. Eu e a minha colega Sylvia Ficher também estivemos lá representando a UnB. E nós tivemos uma rara oportunidade de expressar as nossas preocupações, um conjunto de questões que foram colocadas ali, discutindo, debatendo diversas ameaças ao tombamento e, eu diria também, oportunidades para construir outra política de preservação, outro modelo institucional de gestão da preservação de Brasília.

Eu penso que o modelo atual está esgotado, é um modelo truncado, ineficaz, ineficiente, incapaz de enfrentar o desafio de construir e implementar uma política de preservação desta cidade, não só como Patrimônio Cultural da Humanidade, mas também como patrimônio público dos brasilienses e dos brasileiros — não só dos brasilienses.

E destacou-se nesse debate, por exemplo, a crítica a uma das propostas que, do meu ponto de vista, mais frontalmente ameaçam a preservação do patrimônio, que é essa proposta de criação de um novo setor hoteleiro, injustificável para a cidade, que vem sendo chamado por alguns de quadra 901 e por outros de o puxadão da 901 Norte. O Cláudio é um desses que cunhou muito bem esse nome. Eu penso que a aprovação dessa proposta, do meu ponto de vista, rasgaria o tombamento da cidade.

E nós temos vivido há alguns anos, acaloradamente, o debate de uma política de preservação. O PPCUB – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília não é uma discussão recente. Se não me engano esse debate tem pelo menos uns quatro anos, talvez até mais. Arrasta-se desde o governo passado. Se eu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	20

não me engano até antes dele. Aliás, ele foi contratado, inicialmente, para ser realizado no governo Arruda e teve sua continuidade no debate recentemente.

E junto com a discussão do Plano de Preservação, temos também o debate do PDOT de 2009, que foi aprovado sob seriíssimas suspeitas num debate que não perpassou democraticamente todo o conjunto da sociedade. E temos também, agora, a discussão da Lei de Uso e Ocupação do Solo, que eu diria ser o filé *mignon*. Tem filé *mignon*, alcatra, carne de segunda, de terceira, de quarta... É no filé *mignon* que efetivamente vai se decidir quem fica com o quê na disputa pela valorização imobiliária da cidade, que é a disputa fundamental de quem se apropria da valorização imobiliária da cidade.

E temos prevista agora uma audiência pública para o dia 31 de março — malfadada data — para discutir o projeto ou a versão final do PPCUB, que é certamente um projeto que vai ter enormes e profundas consequências nos critérios e na política de preservação das escalas tombadas, da escala agregária, da escala monumental, da escala residencial, sobretudo, eu diria, da escala residencial e da escala agregária. Eu diria talvez menos da escala monumental e muitíssimo menos da escala bucólica. O escritor Italo Calvino, num belíssimo livro chamado Cidades Invisíveis, muito conhecido internacionalmente, muito estudado pelos estudantes de arquitetura e urbanismo... Italo Calvino tem uma passagem muito bonita em que ele fala de como separar aquilo que não é inferno em meio ao inferno em que vivemos, formando juntos uma vida coletiva no sentido de buscarmos construir alternativas do não inferno. E essa passagem do Italo Calvino me faz pensar que Brasília é, efetivamente, diferente daquilo que foi originalmente concebido há 52 anos. Mas Brasília é, crescentemente, o coração de uma grande área metropolitana. É o coração de uma metrópole, a quarta do Brasil. Primeiro São Paulo, depois o Rio, depois Salvador e depois Brasília, segundo os dados do censo do IBGE, esse último censo que foi sistematizado em 2010. Portanto, essa área metropolitana, que eu não chamo de região metropolitana porque não tem institucionalmente esse nome, mas isso que nós estamos construindo como uma área metropolitana e que certamente extrapola os limites do Distrito Federal e abarca os municípios nossos vizinhos que alguns chamam, infelizmente, pelo pejorativo nome de Entorno...

Eu concordo absolutamente como o professor Aldo Paviani quando faz uma crítica substantiva de que é absolutamente ridículo chamar os nossos vizinhos de moradores do Entorno. Talvez fosse melhor assumir que eles são da periferia, da periferia pobre, excluída, do que chamá-los de Entorno. Mas me lembro de que, na década de 80, quando foi feito o tombamento, Lúcio Costa fez a seguinte reflexão: "Nós vivemos um enorme e terrível dilema que é como preservar os fundamentos mais essenciais da concepção urbanística de Brasília sem cortar o impulso vital e inerente a toda a cidade". Eu me lembro de que ele cunhou essa expressão, acho que ele escreveu até no Brasília Revisitada ou no outro documento — Carlos Matos é que conhece isso melhor do que eu. Ele fez essa colocação, que penso que é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	21

absolutamente atual e pertinente, no sentido de que temos um enorme desafio de entender que preservar Brasília não é guardá-la numa redoma de vidro, mas é, fundamentalmente, enxergá-la no centro dessa metrópole, no coração dessa metrópole, no coração dessa área metropolitana, que é a quarta metrópole brasileira hoje, com todas as mazelas, com todas as perversidades que isso acarreta do ponto de vista de pensar uma cidade contemporânea que tem, ao mesmo tempo, todo esse conjunto cultural imenso, todo esse patrimônio, que tem história, que tem herança, que não é bastarda, como dizia Lúcio Costa.

Portanto, para terminar, eu penso que a política de preservação de Brasília como Patrimônio Cultural, para ser eficaz, é necessariamente articulada ao planejamento e à gestão territorial integrada da área metropolitana de Brasília. Essa, a meu ver, é uma das enormes lacunas do PDOT, tanto o de 2009, quanto do atual projeto de lei que foi encaminhado para aprovação nesta Casa. É uma lacuna que perpassa o PPCUB, o projeto de lei, e é uma lacuna que perpassa também o Plano Diretor de Transporte Urbano, que recentemente foi aprovado e que também não consegue enxergar a realidade metropolitana, o fato metropolitano concreto e complexo que constitui Brasília e esse território no qual vivemos.

Portanto, eu penso que esse é um enorme desafio que temos nós e temos de legar propostas e políticas democraticamente construídas para as futuras gerações desta cidade.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Muito obrigada, professor Benny Schasberg, ex-presidente do nosso saudoso IPDF.

O nosso caro Benny levantou uma tese que é muito cara ao nosso professor Aldo Paviani. Vocês devem conversar depois e nos fazer uma proposta, viu, professor?

Eu quero anunciar a presença dos moradores da Vila Planalto que fazem parte do Fórum Democrático dos Moradores e Entidades da Vila Planalto; do Vice-Presidente do novíssimo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, Sr. Carlos Madson Reis; do Presidente do Arquivo Público do Distrito Federal, Sr. Gustavo Chauvet; da professora da Universidade Católica e autora do livro Brasília em Cinquenta e uma Cartas, Sra. Ivani Câmara Neiva.

Concedo a palavra ao representante do Iphan e Diretor do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DEPAM/IPHAN, Sr. Andrey Schlee.

SR. ANDREY SCHLEE – Exma. Sra. Deputada Arlete Sampaio, em nome de quem eu cumprimento todos os colegas da Mesa e demais Deputados presentes. Caro colega Coutinho, em nome de quem eu cumprimento todos aqueles que, ao longo de tantos anos, vêm lutando pela preservação de Brasília. Cito o Coutinho



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	22

porque, exatamente há dez anos, eu cheguei a Brasília e tive a sorte de dar aula de Arquitetura Brasileira com ele.

Esta cidade que hoje cabe a mim defender é extremamente querida porque me deu oportunidade de pelo menos duas coisas fantásticas: por seis anos fui diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB, essa universidade que agora está completando 50 anos; e, por uma incrível realização pessoal, a possibilidade de pelo menos há seis ou sete meses estar Diretor do Departamento de Patrimônio Material do Iphan e, portanto, ter a oportunidade de receber essa missão da Unesco, na semana passada, essa missão que tanto nos deu trabalho e que tanto nos colocou em saia justa.

Mas é fantástico também poder estar aqui, e agradeço muito pela possibilidade do convite do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no ano que completa 75 anos, e por estar na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Por que eu digo isso? Porque essa é uma instituição que, com 75 anos, nasceu e ao longo desse tempo defendeu, intransigentemente, esse patrimônio, e não seria agora que isso passaria a ser modificado.

Há pouco, o Deputado lançou uma espécie de provocação: que todos aqueles Deputados da Casa assumissem o compromisso de defender Brasília. O Iphan fez isso sempre, desde 1937, portanto, muito antes de Brasília, porque esta instituição nasce com o pensamento, nasce da mão de intelectuais do mais alto gabarito e intelectuais que sempre defenderam a preservação e a modernidade; sempre defenderam a preservação como caminho de se construir um futuro melhor.

Portanto, sinto-me muito bem em estar aqui, defendendo não apenas Brasília, mas a instituição que me cabe dirigir, junto com outros colegas que aqui estão.

Ditas essas singularidades, eu queria pontuar, neste tempo, algumas coisas que me parecem fundamentais. Vou aproveitar a deixa do Deputado Chico Leite, que descreveu rapidamente o que é Brasília. Disse ele: “Dois eixos” — o Lúcio já dizia dois eixos que se cruzam —, “dois eixos”. Citou: “Onze blocos e uma escola”. E eu fiquei pensando: onze blocos e uma escola... Não seriam onze blocos sobre pilotis em torno de seis pavimentos, uma escola, um posto de saúde, uma igreja e toda unidade e tudo o que lá está, e tudo o que se pensava, e tudo o que estava presente na utopia de Lúcio Costa?

Quem já foi meu aluno sabe que mostro sempre, na falta de uma melhor imagem, a figura de uma lasanha e comparo essa lasanha a Brasília. E digo que a primeira, ou talvez a última, camada corresponde ao Plano Piloto de Lúcio Costa — funcionário da instituição que represento hoje — mas que, ao longo do tempo, deixamos que fossem destruídas, ou comidas, as outras camadas. Onde está o plano de abastecimento de Brasília? Onde está o plano de educação de Brasília? Onde é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	23

que está o plano de saúde de Brasília, que dava corpo e vida para as superquadras, para as unidades de vizinhança?

Hoje, isso é muito fácil de se dizer, sobretudo nesta Casa e com essa plateia, porque aqui, creio eu, todos defendemos Brasília, todos estamos aqui porque acreditamos que é fundamental defender essa ideia, esse projeto fantástico. Esta cidade é única, viva, e por isso mesmo, sempre e constantemente, ela gera debates. Nós não teremos sempre a mesma opinião sobre esta cidade.

Temos de ter consciência que, desde 1957, tudo o que fizemos foi abrir mão de partes desta cidade. Portanto, não há mais o que perder. O que sobrou tem que ser aguerridamente perseguido e preservado.

Posso testemunhar porque estive praticamente durante oito dias ao lado do Luis Maria Calvo e do Carlo Sambricio, um argentino e um espanhol, acompanhando, visitando esta cidade e participando dos debates que eles promoveram.

Tenho certeza, embora isso não tenha sido a mim confidenciado, de que pelo menos quatro pontos estarão marcados, quatro pontos serão destacados no relatório que provavelmente só venhamos a conhecer em junho ou julho de 2012: primeiro, a descontinuidade e o descompromisso nosso com a realidade metropolitana; segundo, a total ausência de uma política de transporte público nesta cidade; terceiro, a falta de gestão nesta cidade — gestão do ponto de vista do entendimento de que se tem de preservar e de como preservar, e como as instituições — Iphan, GDF — e a comunidade dialogam. E, finalmente, uma preocupação muito localizada, mas de conhecimento de todos: o Lago.

São esses os quatro pontos que veremos, tenho certeza, grifados no relatório que virá. Por quê? Porque, de alguma forma, os quatro pontos tangenciam uma questão fundamental para aqueles dois consultores, um estudioso da história da cidade e o outro, o espanhol, estudioso das formas de habitação do século XX. Eles não perceberam, em nenhum momento, o que fizemos para garantir vivo aquilo que, lá em 57, se chamava utopia de Lúcio Costa. Nós expulsamos a população, nós destruimos todos os sistemas e todas as políticas públicas que garantiam a vida real nesta cidade. Cada vez estamos fazendo mais isso, privatizando mais e mais esta cidade. Isso, transporte, gestão e o nosso compromisso com a realidade metropolitana, eu tenho a certeza — posso adiantar — de que estará presente fortemente no relatório dos dois consultores, que será encaminhado, portanto, à reunião maior. Só, então, poderemos conhecer os desdobramentos dessa visita. Bastaria a reunião de hoje para essa visita ter validade.

Eu gostaria de encerrar levantando uma preocupação e uma declaração. A preocupação, sobretudo porque estou na Câmara Legislativa, é a seguinte: eu gostaria de reivindicar ao Iphan a possibilidade de discutir também aqui a aprovação do PPCUB. Eu gostaria que houvesse um momento em que o Iphan viesse manifestar o seu entendimento e a sua avaliação do plano nesta Casa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	24

A declaração, que não poderia ser diferente, já que todos somos provocados, é de que eu assumo o compromisso de defender Brasília.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Muito obrigada, Andrey Schlee.

Antes de passar ao próximo, obrigado por sua intervenção. Quero dizer que ainda está por responder uma pergunta que fiz aqui e que, ao final, eu cobrarei.

Quero anunciar algumas presenças: Flávia Portela; professora Ivana, Subsecretária de Políticas do Livro e da Leitura, da Secretaria de Cultura; Roberval de Cunha, músico e produtor musical; Max Douglas Oliveira de Alencar, músico; Vanessa Azevedo Ostello, assistente administrativo da Fibra; Patrícia dos Santos Almeida, estudante de arquitetura; Márcio Henrique Lima Moreira, estudante de arquitetura; Coronel Edvaldo Ximenes Ferreira, representando o Dr. Marques Alves Melo, diretor da Casa do Ceará em Brasília; José Carlos Torres, diretor da FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas; Edson Batista, do Fórum Democrático da Vila Planalto; Ivany Câmara, do Prêmio José Aparecido de Oliveira; Jane Diniz Reis, consultora legislativa da Câmara Legislativa; Lenora, consultora legislativa na área de urbanismo; Sandra Bernardes Ribeiro, técnica do Iphan; Larissa Philipp, coordenadora de projetos da Tríade, a quem me referi na minha fala; José Augusto, assessor do Arquivo Público, e José Delvinei, Secretário do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural da Secretaria de Cultura. Depois eu lerei o nome dos demais membros, para não ficar muito longo.

Concedo a palavra ao Rafael Oliveira, Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal. Eu gosto sempre de falar desenvolvimento urbano em primeiro lugar, porque sempre se fala sobre habitação. Então, é importante reprisarmos sempre desenvolvimento urbano e habitação. Sei que é ao contrário, mas eu queria colocar nessa ordem.

Com a palavra o Sr. Rafael Oliveira.

SR. RAFAEL OLIVEIRA – Obrigado, Deputada e companheira Arlete Sampaio. Quero, em nome da Deputada Arlete Sampaio e do Deputado Cláudio Abrantes, que é Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, saudar todos os Deputados e Deputadas e aqueles que estão e estiveram no plenário. Quero saudar aqui também meus companheiros de debate, professor Benny Schasberg, secretário Hamilton Pereira, Paulo Henrique, o PH, como todos nós o conhecemos, e meu companheiro de partido e de governo, Hamilton Pereira, em nome de quem eu saúdo aqui todos os meus companheiros e colegas de Governo do Distrito Federal. Quero saudar também a presença dessa seleta plateia, representando aqui a sociedade civil organizada, a academia, os movimentos sociais, enfim.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	25

Quero inverter a ordem da fala aqui, Deputada Arlete Sampaio, dizendo que o compromisso com a preservação do patrimônio tombado é um compromisso assumido por este governo ainda no seu programa de governo, ainda no programa de governo do Governador Agnelo Queiroz. Se nós pegarmos o programa de governo — e tanto aqui na Mesa quanto no plenário, há pessoas que ajudaram a escrever esse programa de governo —, nós temos pelo menos umas quatro laudas em que nós falamos do processo de desenvolvimento urbano e de planejamento urbano do Distrito Federal. O processo de preservação do conjunto urbano tombado de Brasília constava como uma das temáticas essenciais daquele então plano de governo e hoje faz parte do nosso programa de governo, do planejamento estratégico do Governo do Distrito Federal.

Então, quero dizer a todos e a todas que o compromisso essencial com aquilo que se pensa na discussão do patrimônio tombado é, sobretudo, com a sua preservação e com o seu desenvolvimento sustentável. Quero dizer que esse compromisso se reveste quando o governo estabeleceu, dentro do seu processo de reestruturação, um processo de fortalecimento das estruturas de governo que lidam tanto com o planejamento urbano e o desenvolvimento urbano dentro do conjunto urbano tombado, quanto com as suas estruturas que lidam essencialmente com o patrimônio cultural e artístico. Exemplo disso foi a criação da Diretoria de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, a Dipre, no âmbito da Subsecretaria de Planejamento, a Suplan, que em síntese é herdeira da trajetória do IPDF. O Subsecretário inclusive está aqui, o Rômulo Andrade, que é arquiteto urbanista da carreira do GDF. Ele é hoje o nosso Subsecretário de Planejamento.

Então, dentro da própria Sedhab, se pensou num modelo de reestruturação para que nós pudéssemos dar vazão ao desafio que era estabelecer um processo que nos colocasse na discussão da normatização do conjunto urbano tombado — eu vou tocar nisso mais adiante —, que nos colocasse em condições de debater a valorização do patrimônio como algo não só do governo, mas como algo da sociedade e dos outros setores, dos três poderes do Distrito Federal, e que nos colocasse também em condições de responder aos organismos internacionais que monitoram o patrimônio tombado que é Brasília.

Só para os senhores e as senhoras terem uma ideia, na diretoria antiga — a DCT, que era então a Diretoria do Conjunto Tombado, que tinha a missão de cuidar de tudo aquilo que era relacionado ao conjunto urbano tombado de Brasília —, quando nós chegamos, quando essa gestão assumiu a Governo do Distrito Federal, com a antiga Seduma, que veio a se tornar Sedhab, nós tínhamos seis servidores na secretaria para poder cuidar de todo o conjunto urbano tombado de Brasília e de todas as regras urbanísticas, programas, projetos e ações que o Governo do Distrito Federal quisesse desenvolver a partir da sua Secretaria de Desenvolvimento Urbano dentro da área tombada. Seis servidores, sem um plano estratégico para poder ser executado, com um plano de preservação que patinava.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	26

Hoje, do ponto de vista estrutural, nossa realidade é outra: temos uma diretoria que foi substancialmente aumentada. Hoje, temos uma diretoria com três gerências, contamos com dezoito funcionários — o que ainda não é o ideal — que têm a missão tanto de desenvolver os projetos estratégicos da área tombada quanto dar conta da demanda e dar respostas àquelas questões que chegam de cada administração regional, dos interessados particulares, ou que são levantadas pela sociedade civil.

Essa foi uma ação que não se deu só no âmbito da estrutura da Secretaria do ponto de vista gerencial; ela se deu também sob o enfoque estratégico, quando se colocou a necessidade de finalização do plano de preservação, e se deu do ponto de vista da participação social, quando reestruturamos o Conplan. Hoje, não tenho dúvida ao afirmar isto aqui: ele é o conselho de planejamento urbano mais representativo que o Distrito Federal já teve. Lá, hoje, temos desde representantes do movimento social de habitação, passando pelos arquitetos e urbanistas representados pelo IAB e pela Universidade de Brasília, até os empresários do setor da construção civil, o Governo do Distrito Federal, a representação do Ministério Público, do Tribunal de Justiça e da própria Câmara Legislativa que acompanham as reuniões do Conselho.

Fiz essa breve retrospectiva para que tivéssemos a real noção da situação em que se encontra o processo da normatização do conjunto urbano tombado de Brasília. Eu poderia numerar aqui pelo menos uma dúzia de leis, decretos e portarias que instituíram o tombamento e que na sua sucessão foram estabelecendo regramentos para o conjunto urbano tombado de Brasília. Mas, em síntese, do ponto de vista urbanístico-formal, tínhamos até a edição agora da minuta e do anteprojeto de lei do PPCUB, mais de 1.300 normas urbanísticas na poligonal tombada de Brasília. Imaginem a miscelânea de normatização que existia do ponto de vista urbanístico antes de conseguirmos, com o trabalho da equipe da Subsecretaria de Planejamento, fazer a sistematização dessa normatização.

O Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília. O anteprojeto de lei está disponível no *site* da Secretaria para debate até o dia 31 de março. A Secretaria tem debatido com os diversos setores. Esse é um processo de consolidação dessa normatização. Ele foi previsto pela nossa Lei Orgânica, pelos dois planos de ordenamento territorial votados nesta Casa e a sua feitura foi solicitada há dez anos no relatório deixado pela última missão da Unesco, que colocava o plano de preservação do conjunto urbano tombado de Brasília como uma parte essencial do processo de normatização e de constituição de um novo modelo de gestão do conjunto urbano tombado de Brasília.

Temos clareza de que existem assuntos polêmicos dentro do plano de preservação e de que ele carece de melhoras que, cremos, serão feitas após a audiência pública, com aquilo que for debatido e levantado pela sociedade civil, pelo governo e pelos demais órgãos que comparecerem à audiência para debater o tema.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	27

Acima de tudo, temos clareza de que o plano de preservação do conjunto urbano de Brasília é um passo importante, é um avanço do ponto de vista não só normativo, mas também do ponto de vista da gestão do conjunto urbano tombado de Brasília.

Além do processo de normatização, eu queria destacar mais dois pontos, Deputada Arlete Sampaio, que creio serem essenciais para externarmos aqui a posição da Secretaria com relação ao polígono tombado. O primeiro deles é sobre a constituição do ano da valorização, que é uma ação do conjunto do Governo do Distrito Federal, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Regularização — vou incorporar a sugestão da Deputada Arlete Sampaio —, que, acima de ter que discutir as ações de educação patrimonial, de recuperação dos monumentos, de ações intrínsecas ao processo de preservação do conjunto urbano de Brasília, tem uma missão muito específica — e que, às vezes, se perde no debate —, que é o resgate da utopia social, proposto por Lúcio Costa quando constituiu o desenho do Plano Piloto de Brasília. Esse é um debate que temos de resgatar, porque ele vai ter impacto para além do processo de desenvolvimento urbano ou de preservação do conjunto urbano tombado de Brasília. Ele vai ter impacto num conjunto de políticas públicas que o Governo do Distrito Federal desenvolve, seja como o meu colega do Iphan falava aqui, seja no transporte, na política de abastecimento, na política de saúde. Essencialmente, esse é o debate a que o governo tem se proposto quando cita o ano da valorização como uma das ações centrais do governo para que possamos dar resposta ao processo de preservação.

Por fim, quero dizer que, assim como o Andrey, passei oito dias intensos durante a missão da Unesco — não só oito dias, da nossa parte foram quase vinte. Intensos primeiramente no sentido de preparar a missão e poder fornecer à missão, do ponto de vista material, as melhores informações que o Governo do Distrito Federal possuísse. E não só aquelas informações que colocassem o governo numa situação de ser elogiado pela ação, mas inclusive aquelas ações que colocassem o governo numa situação de ser cobrado pela ausência de ações num período de dez anos.

Quero dizer que a nossa postura com a missão da Unesco foi altamente republicana, eu chamaria, entendendo a missão que o Governo do Distrito Federal tem no processo de preservação, as responsabilidades que ele tem, mas sobretudo demonstrando o compromisso do Governo do Distrito Federal com um diálogo amplo e democrático com todos os setores da sociedade civil e com os demais poderes, seja o Legislativo, o Judiciário ou o Ministério Público, que têm a função de preservar os direitos sociais. Em todos os momentos da missão, a postura do Governo do Distrito Federal foi a de oferecer todo o suporte necessário para que a missão desenvolvesse o seu trabalho; foi de, inclusive nos momentos difíceis, quando algumas contradições se apresentaram, reafirmar o compromisso com o debate democrático, entendendo que todos os interesses devem ser colocados democraticamente, apesar de algumas vezes esses interesses não serem revestidos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	28

de legitimidade, mas tem que haver espaço para serem discutidos. Essa foi a postura do Governo do Distrito Federal, essa tem sido a postura da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação. O Secretário Magela tem dado como diretriz o amplo processo de diálogo para que possamos, de maneira muito democrática, debater todos os instrumentos e levar para o conjunto da sociedade aquilo que seja o razoável.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, Rafael.

Quero explicar a todos que o Secretário Magela foi convidado, mas eu o encontrei de manhã e ele estava completamente afônico, não conseguia falar nada. Por isso, veio para representar a Secretaria o Secretário Adjunto, que aqui tão bem se expressou.

Registro ainda as seguintes presenças: Rômulo Andrade de Oliveira, da Subsecretaria de Planejamento Urbano – SEDHAB; Aduino Nogueira, do Fórum Democrático da Vila Planalto; Ricardo Valle, da Associação Comunitária dos Proprietários de Lotes do Park Way e do Conselho Comunitário de Segurança; Aurélia Cavalcante, assessora da Secretária de Estado de Governo; César Fernandes, do Movimento de Defesa do Cruzeiro; Paulo Eduardo Pinto de Almeida, da CLDF; Romário Schettino, Vice-Presidente do Conselho de Cultura do DF; José Martus Ferreira, líder comunitário do Fórum da Vila Planalto; José Getro Vasconcellos, relações públicas da Codhab/DF; Henrique Gonçalves da Costa, do Fórum Democrático da Vila Planalto; Maria Rosa, professora do Projeto Cidade Verde, Mobilidade Sustentável e Cidadania Ativa, da UnB — depois eu leio os demais que aqui estão listados.

Eu concedo a palavra, antes do Secretário Hamilton, ao nosso querido Deputado Cláudio Abrantes, Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários. Vamos propor um projeto de resolução para mudar o nome dela — né, Cláudio? — para Comissão do Desenvolvimento Urbano e Assuntos Fundiários.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Minha boa-tarde a todos e a todas. Eu quero saudar a Mesa na pessoa da querida amiga, professora, Deputada Arlete Sampaio, que preside esta sessão, e saudar todos os componentes desta Mesa. Quero saudar a assembleia, pedindo licença a todos, naturalmente, tenho muitos amigos aqui, mas em especial saudar na figura do querido Coutinho. Eu fico muito feliz em revê-lo. Sei da sua luta e fico muito feliz de poder estar novamente ao seu lado. Então, na pessoa do Coutinho, quero saudar toda assembleia.

Inicialmente, quero dizer, já adiantando uma posição da saudável provocação do querido Andrey Schlee, que do ponto de vista — não posso falar pela Presidência da Casa, nem das outras comissões — da Comissão de Assuntos Fundiários, o Iphan terá todo acesso às discussões do PPCUB e da LUOS nesta Casa. Para nós isso é imprescindível. E já faço, inclusive, o convite para que o Iphan esteja



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	29

presente, não só o Iphan, mas o IAB e todas as instituições, nas audiências públicas que promoveremos nesta Casa, no âmbito da CAF, para discussão do PPCUB. Essa é uma postura nossa e assim procederemos.

Muito tem se falado, nesses últimos dias, nessa missão da Unesco. Muito se fala que tomaremos um puxão de orelha, que seremos repreendidos, coisas do tipo, que podem até acontecer também, mas na minha visão, no meu entendimento, o que devemos observar dessa missão não é um temor por sermos repreendidos, criticados ou tomarmos um puxão de orelha, mas, sim, uma oportunidade que a sociedade do Distrito Federal como um todo está tendo de olhar para a sua área tombada, para o que foi planejado para Brasília, quais são os anseios, quais são os desejos e o que precisa ser valorizado nesta cidade. Então, acho que temos uma oportunidade. Esta comissão geral já se mostra nesse sentido, de que estamos aqui discutindo com pessoas gabaritadas, interessadas e apaixonadas pelo tema e, portanto, isso já é fruto dessa discussão, dessa visita que a Unesco faz aqui também.

Nós não temos que ter medo, temos que ter coragem. Não podemos simplesmente olhar para o passado. Óbvio que os desmandos que foram feitos, o esquecimento com a área tombada, não podemos negar, é verdade, mas não podemos ter medo de fazer as correções e de avançar no sentido de cuidar do que temos de mais precioso, que é esse bem cultural da humanidade, Brasília.

Então, para mim, isso é algo que deve estar dentro do nosso pensamento, ao mesmo tempo em que temos de olhar todos os preceitos colocados. Muito se falou das escalas, e, é verdade, olha-se muito para elas, mas deve-se olhar para as escalas de Lúcio Costa, principalmente com o objetivo que Lúcio Costa tinha. Na minha visão, no meu entendimento, as escalas tinham por objetivo fazer com que o homem, a mulher, o cidadão, a cidadã de Brasília se relacionassem com o urbano, se relacionassem com esta cidade que, fora do Distrito Federal, muitos dizem que não tem vida, que é fria, mas que a prática mostra, a vivência aqui mostra que é uma cidade quente, efervescente do ponto de vista humano, do ponto de vista do trabalho e, principalmente, do ponto de vista cultural.

A cultura é aquilo que nos identifica, que nos faz diferentes, é a maneira como nós nos relacionamos com o nosso meio e fazemos as transformações que são necessárias. Isso para mim é importante. Essas questões da cultura de Brasília e do relacionamento com o urbano nas escalas propostas por Lúcio Costa devem estar prementes nessas discussões, seja do ponto de vista da monumental, da gregária, da residencial ou, principalmente, da bucólica. Aí é importante dizer que área verde não é área sem destinação; ela tem destinação para ser área verde, e isso tem que ser valorizado.

Hoje, inclusive, tivemos um grande ato na parte da manhã, no qual o Governador, por decreto, aumentou a poligonal do Parque Olhos d'Água. Esse olhar que se deve ter sobre Brasília, naturalmente respeitando o tombamento, deve se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	30

voltar para as necessidades do povo de Brasília. As áreas verdes já estão incorporadas a nossa cultura; inclusive, queremos mais áreas verdes. Faço até uma solicitação que será pauta de discussão porque o aumento da poligonal foi feito por um decreto. Todos nós sabemos a fragilidade legislativa que existe sobre um decreto. Muda o governador, faz-se outro decreto e, pronto, está extinto. Que essas questões sejam incorporadas também ao PPCUB na discussão sobre o Parque Olhos d'Água, que hoje já está dentro dos anseios de todos da Asa Norte.

Como também não discutir a questão da Prainha, ali na orla do Lago, que muitos ainda pensam em destinar para área residencial ou para área de restaurantes? A Prainha, que é algo dentro da cultura do Distrito Federal? Por que não criarmos o parque ecológico da Prainha? Por que não discutirmos isso, considerando que a Prainha está sendo tombada?

Essas discussões têm que avançar para se ter um olhar sobre a gente de Brasília, naturalmente respeitando tudo o que foi colocado aqui pelos especialistas. Principalmente, e aí vou concordar muito com o Benny Schasberg, nós temos a oportunidade de olhar para a Unesco, olhar para o que foi feito de errado e olhar para a preservação de Brasília, mas olhar também para essa grande área metropolitana ou centro metropolitano, seja o que for. Olhar para o entorno, ou para a periferia, o nome não me importa muito, mas olhar para aqueles milhões de cidadãos que estão no Entorno de Brasília, que estão ao redor de Brasília, que estão na periferia de Brasília. Porque esses milhões de cidadãos é que fazem a diferença no dia a dia de Brasília do ponto de vista, inclusive, da relação com esse conjunto tombado.

Brasília, o Plano Piloto, tem pouco mais de 200 mil habitantes, mas é fato que durante o dia passa de um milhão. Não há planejamento urbano que resista a isso, não há planejamento que resista a ter uma população multiplicada tanto durante o dia. Na parte da manhã se enche essa parte central e na parte da tarde se esvazia. Então, temos problemas, é verdade, de trânsito, de número de automóveis, de um transporte coletivo que é ruim.

Também quero afirmar que o PDTU que foi aprovado nesta Casa não é uma lei perfeita, tem muitas falhas, como todas as leis, principalmente porque são feitas por políticos — temos que dizer essa verdade —, mas tem o mérito da discussão, tem o mérito do avanço, pois nunca se teve nesse Distrito Federal um plano diretor de transporte urbano. E foi feito. Precisa de correções? Precisa, que serão feitas ao longo do tempo. Mas hoje nós temos um plano diretor de transporte urbano que propiciou o recente lançamento de uma licitação — a primeira da história — do transporte coletivo desta Capital. Foi fruto do PDTU. Se o transporte urbano é ruim — e é, não é “se”, ele é, realmente —, é fruto de uma relação promíscua, de décadas, do Poder Público com empresas de ônibus desta Capital. E fruto disso é que não se teve um olhar, também — não se tem o olhar — para aqueles que fazem Brasília durante o dia e que no final da tarde ou à noite voltam para as suas cidades,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	31

voltam para as suas casas. Sessenta por cento dos empregos do Distrito Federal estão aqui. Isso dificulta muito.

Essa missão, que muitas vezes foi tão temerária, ou tão exaustiva, ou o que quer que se tenha pensado, nos deu essa oportunidade de olhar. E dá-nos a oportunidade de olhar, também, para a pré-história de Brasília, olhar para a área que não está aqui, somente, mas que precisa ser colocada dentro do coração de todos os brasilienses, mesmo os que não moram aqui na área tombada — este olhar para a pré-história de Brasília. E de trabalhar, por exemplo — a Secretaria de Cultura tem feito este esforço —, o olhar para o patrimônio histórico do Catetinho, que não está na área tombada, ou para o trabalho que é feito para a cidade de Brazlândia, que precede Brasília e tantos abrigou. Ou, puxando, naturalmente, a sardinha para o meu lado, visto que sou um defensor, morador e apaixonado pela cidade de Planaltina, por que não falar da pedra fundamental de Brasília, que neste ano completa 90 anos e que não tem o devido reconhecimento histórico do País? A pedra fundamental de Brasília, que é o primeiro monumento de Brasília, neste ano faz 90 anos! E não há uma política pública, até agora, para a preservação e para a valorização dessa pedra fundamental, que tem muita história.

A gente sabe das dificuldades dos órgãos, mas, infelizmente, há um projeto que está no Iphan, uma proposta de registro de tombamento da pedra fundamental, há anos. É difícil avançar nesse sentido. O que temos a observar na história de Brasília é que ela precede muito, vem desde Bonifácio. Quando chegamos à pedra fundamental de Brasília, que, volto a dizer, neste ano faz 90 anos, pouquíssimos brasilienses a conhecem, poucos conhecem a história de que Epitácio Pessoa determinou, atendendo a um preceito constitucional da época, que fosse instaurada a pedra fundamental, observando-se os parâmetros da tão famosa e tão vangloriada — com justiça — Missão Cruls e de tudo o que foi colocado lá.

Eu vejo essa discussão do PPCUB, da LUOS... Aqui tenho que fazer um pequeno parêntese: infelizmente, o que discutimos hoje do PDOT não é sequer a revisão do PDOT, porque, por princípios legais, o PDOT só pode ser revisado após cinco anos — ou seja, em 2014 —, e só se pode fazer um novo PDOT após dez anos. Então, este que foi aprovado em segundo turno no começo de 2009 só vai poder ser revisado em 2014. O que fazemos agora na Câmara, o que estamos tramitando na Câmara é apenas uma atualização em função de vácuos legais que restaram, por questões de inconstitucionalidades da lei aprovada aqui recentemente. O Ministério Público entrou na Justiça, que concedeu a inconstitucionalidade, e, para que não ficasse um vácuo legal, nós tivemos que alterar — e veio do Executivo — alguns pontos que estão sendo discutidos nesta Casa.

Ontem foi realizada a segunda audiência pública. Inclusive, esta Casa — é preciso dizer —, esta legislatura teve o cuidado de não levar para as cidades, de não fazer uma discussão ampla, para não gerar uma expectativa, muitas vezes de politicagem, de que se pode discutir o PDOT em sua amplitude, quando não é o que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	32

se está tratando aqui na Casa, pois estamos restritos aos pontos que foram declarados inconstitucionais.

Então, por isso, estamos fazendo as audiências, por unidade de planejamento e aqui na Câmara Legislativa. Todos estão convidados. Toda semana, toda quarta-feira pela manhã, estamos realizando as audiências públicas no auditório da Câmara Legislativa. Infelizmente, sabemos que há erros, sabemos que paira sobre o PDOT que foi aprovado uma nuvem de dúvidas — muitos dizem que é uma tempestade. Infelizmente, nós não podemos rediscuti-lo e nem revisá-lo neste momento. A revisão só poderá ser feita em 2014. Então, eu quero dizer que esses instrumentos serão e são, a meu ver, a oportunidade de olharmos com generosidade para este legado que temos, que Brasília concedeu a cada um dos brasilienses: o seu tombamento, que deve ser um orgulho e deve estar incorporado a nossa cultura, à cultura daquilo que nos identifica, como é orgulho para cada brasiliense o tombamento de Brasília; de olhar para todo o Distrito Federal para que criemos, para que possamos gerar empregos, para que possamos olhar para o cidadão que está em Planaltina, em Brazlândia, no Guará, em todos os lugares, no sentido de dotá-los para que eles possam ter qualidade de vida nas suas cidades, porque senão, permaneceremos novamente com esse trânsito caótico de milhões de pessoas diariamente vindo à área central de Brasília, com transporte ruim, com uma quantidade excessiva de carros e com aquelas avenidas largas.

No princípio, andávamos fora do Distrito Federal e todos diziam que Brasília tinha avenidas largas, que era bom para andar de carro, que não havia engarrafamento. E hoje, quando estamos fora de Brasília, dizemos que, infelizmente, estamos no mesmo nível de outras capitais, favorecidos por uma cidade que tem a maior relação carro/habitante do País. A maior está aqui em Brasília.

Então, tudo isso deve ser levado em consideração com responsabilidade e transparência. Tenho certeza de que, com a ajuda de diversos Deputados que passaram por esta Casa e com o compromisso da sociedade civil organizada, com o compromisso que estamos firmando, asseguraremos a participação de todos nessas discussões. Embora eu não acredite que Brasília venha a perder o título — acredito que isso seja muito pouco provável —, espero que tenhamos a oportunidade de olhar, como temos o Juscelino olhando para Brasília ali do alto do Memorial JK, que tenhamos este olhar de preservação sobre este patrimônio que é de todos nós, do Brasil e do mundo.

Era isso o que tinha a dizer.

Muito obrigado e boa tarde a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Deputado Cláudio Abrantes, obrigada. É muito bom estar ao lado de Jesus, particularmente em véspera de semana santa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	33

Neste momento, eu gostaria de anunciar a presença da Sra. Lenora, que eu apresentei como consultora desta Casa, mas que também é presidenta da Associação dos Pós-Graduandos da UnB; do Sr. José César Silva, supervisor pedagógico do Centro de Ensino II, do Cruzeiro; da Sra. Elza Cuzzi, presidenta do Sindicato dos Arquitetos; do professor Erasto Fortes, ex-Secretário Adjunto da Secretária de Educação, ex-Diretor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília; do Sr. Gutemberg Gomes, coordenador da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, da Sra. Darly Dalva, Diretora de Serviços da Administração Regional do Cruzeiro.

Neste momento, passo a palavra ao nosso querido Secretário da Cultura, nosso poeta Pedro Tierra, Secretário Hamilton Pereira.

SR. HAMILTON PEREIRA – Boa tarde a todas e a todos. Eu quero, antes de saudar a Mesa, fazer um comentário que talvez nos ajude um pouco, mesmo ao pessoal que está saindo, que têm de cumprir as suas obrigações em outros sítios. Nossa comissão geral tem tido, a meu juízo, até esta hora, um acento talvez excessivamente fúnebre. Eu acho que não é sem razão, mas acho também que isso não nos ajuda a enfrentar os desafios. Eu queria recorrer a uma reflexão de um pensador revolucionário do século XX que nos ajudou muito a compreender a necessidade das transformações de que o mundo precisa. Ele dizia o seguinte: “associar estreitamente ‘o pessimismo da inteligência com o otimismo da vontade’”. Por quê? Porque ele enfrentava o mais feroz dos regimes que percorreram a história do século XX na Europa: o fascismo. Eu me refiro ao fascismo, mas poderia me referir ao stalinismo também. Gramsci nos deixou esse legado, acho que precisamos recuperar um pouco disso aqui.

Eu queria saudar a companheira Arlete Sampaio, Deputada Distrital, companheira de muitos anos, de muitas lutas; o Benny, o Rafael, o Paulo Henrique, o Andrey — eu não me arrisco a pronunciar o sobrenome dele porque outros mais dotados do que eu não acertaram. O pessoal dizia “é o fulano de tal.”

Eu queria dizer que quem está falando para vocês, como ninguém é perfeito, é um poeta que não passou pela universidade, infelizmente, porque a polícia chegou antes do vestibular. E eu queria, com o respeito que devo a esta assembleia que hoje se encontra nesta Casa, dizer que esta, em última análise, em última definição, é a casa da política, seja com P maiúsculo ou com p minúsculo. É a casa da política. Eu quero me referir a isso na minha fala porque penso que nós temos que recuperar um pouco. Como todas as cidades têm os seus mitos, Brasília também tem o seu. Brasília é a cidade da invenção. Acabou de chegar aqui à mesa da Deputada Arlete Sampaio: “Brasília, a cidade que inventei.” – Lucio Costa.

Brasília é a cidade da invenção. Eu vejo o Torelly aqui e lembro que, há uns quinze anos, conversávamos e dizíamos que Brasília, em certo sentido, ainda que parcialmente, tinha rompido com a quadrada geometria dos Sumérios, que deixou a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	34

sua fantástica herança para todas as civilizações humanas. E Brasília experimentou, ou seja, Brasília é em si mesma um gesto de ousadia.

Eu creio que nós não podemos, de modo algum, abandonar esse legado. E aí entro no segundo ponto da minha fala. Eu me sinto, Maria Duarte, minha querida professora, honradíssimo de estar nesta Mesa aqui. Por quê? Porque cultura nessa cidade passou a ser entendida como espetáculo. Tratar do futuro da cidade que escolhi para viver como Secretário de Cultura para mim é uma honra, e não apenas cuidar da produção do evento do próximo fim de semana, tendo no encalço o Tribunal de Contas e a Procuradoria. Eu acho que isso aqui eleva a Secretaria de Cultura ao seu lugar. (Palmas.)

Eu penso que nós temos que ir incorporando um pouco isso, porque nós próprios fomos perdendo essa percepção de qual é o lugar da cultura na imensa batalha em defesa desse patrimônio.

Eu tinha, junto com o Delvinei, que está aqui, preparado um relatório com uns negócios para mostrar no telão, mas não vamos ter tempo para isso. Por isso vou ser bastante objetivo para dizer duas ou três coisas que me parecem muito importantes neste debate.

A primeira delas é que eu acho que é possível afirmar hoje que Brasília perdeu a percepção de que é a Capital do Brasil. E mais grave: que o Brasil está perdendo a percepção de que Brasília é a sua Capital. Nós fomos! Nós não podemos ignorar isso. Aqui foram mencionados certos momentos da história desta cidade de 52 anos, e vinte anos de ditadura não podem ser deixados de ser mencionados. É quase a metade da história, e todos nós sabemos que as ditaduras não se encerram no ato da promulgação da Constituinte que as sucedem. Ela deixa rastros. Particularmente, ela deixa rastros culturais. Ela deixa rastros no comportamento das pessoas e nas instituições.

Nós, hoje, no Brasil ainda enfrentamos o desafio de virar a página. Neste plenário, há gente que sofreu, tanto quanto eu, a brutalidade da ditadura. Eu não me refiro ao sofrimento físico, porque esse é passageiro, mas a um sofrimento moral, que se prolonga e que, se a gente não tiver cuidado, se perpetua.

É importante que a gente não esqueça isto: Brasília exprime, à sua maneira, aquilo que o Brasil percorreu nos últimos 52 anos. E aí eu quero dizer a vocês: nos últimos 52 anos, o Brasil deslocou dos campos para as cidades uma Argentina inteira. Foram 32 milhões de brasileiros que saíram dos campos para as cidades nesse período. Aliás, num período menor. Hoje, os deslocamentos populacionais no Brasil estão bastante reduzidos felizmente! Ou seja, nós fizemos uma cidade planejada, e não imaginamos que em 52 anos ela se tornaria, como disse muito bem o Benny Schasberg, o coração de uma metrópole com 2,5 milhões de pessoas.

Vejam que eu não quero ficar falando aqui — e eu poderia — do descaso dos governantes. Não, eu não estou querendo atacar os governantes que nos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	35

antecederam porque, inclusive, nós também já fomos governantes. Eu dizia ontem na Câmara dos Deputados, para espanto de alguns e risos de outros, que eu sou reincidente. Eu sou Secretário de Cultura pela segunda vez nesta cidade. O que é quase impensável para uma pessoa que tem o mínimo de juízo. Não é?

Mas vejam vocês: nós precisamos propor o problema Brasília e vislumbrar suas soluções como um gigantesco desafio de natureza social, econômica, política, cultural e ambiental — para pegarmos as cinco grandes agendas do século XXI — e não imaginarmos que todo esse conflitivo percurso que ela percorreu em 52 anos pode ser resolvido em curto prazo. Não será! Não será!

Eu queria pontuar isso porque penso que a nossa responsabilidade como governo e como sociedade vai além dos mandatos. Vai além dos mandatos! É fundamental que a gente recupere a sintonia entre o Distrito Federal e o novo ciclo de desenvolvimento do País, porque Brasília perdeu essa sintonia particularmente na última década. Nós temos a possibilidade, isso está, sim, ao nosso alcance, de estabelecer os mecanismos seja de natureza institucional, seja de natureza da captação dos recursos federais para o Distrito Federal. A União tem responsabilidades e tem de ser cobrada por isso. Nós não podemos ter um patrimônio como o Teatro Nacional Cláudio Santoro na situação em que ele está. É uma coisa que nos confrange o coração.

Na Casa do Cantador, que está fora da área tombada, está chovendo dentro. Eu levei lá, há um tempo, o Alceu Valença e lhe falei: “Oh, fique desse lado de cá, porque em cima de você tem uma placa que pode cair na sua cabeça”. Isso não é digno de qualquer espaço cultural no mundo, muito menos na Capital da 5ª economia do mundo. Se a gente demorar muito, os europeus tomam todas as providências para a gente ser a quarta, a terceira etc.

Eu queria registrar esse desafio de recuperar a sintonia de Brasília com o País que ela reflete — eu não creio que ela sintetize, acho que é muito cedo para encarar Brasília como uma espécie de síntese cultural do País. Eu acho que não é. Brasília é o espelho quebrado da cara do Brasil. Eu acho que nós não superamos essa etapa.

Eu penso que nós temos, com a maturidade de uma sociedade que se reconstrói, e isso não podemos deixar de registrar também... A sociedade se reconstrói, reconstrói o seu tecido de participação porque precisa reconstruir a institucionalidade porque esta cidade deixou de ter governo, o que houve aqui foi um colapso institucional, estivemos à beira da intervenção, não podemos ignorar isso.

Essa é a reconstrução, a capacidade de regeneração das instituições, ou ela vem da sociedade ou ela não acontece. Nós precisamos trabalhar, e esta Casa tem um papel fundamental, porque esta aqui é a Casa da produção das leis, de regulamentar a nova institucionalidade. Nós vivemos um momento rico, como em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	36

todas as crises, que significa uma oportunidade, como ensinam os chineses, a oportunidade da criação de novos direitos.

O pessoal da UnB que está aqui presente se lembra dos anos 70 e dos anos 80, de "O Direito Achado na Rua", movimento magnífico que revitalizou e criou ou estimulou a criação de novas instituições que fortaleceram a democracia no País.

Eu queria dizer-lhes que essa reconstrução institucional do Estado passa por uma vigilância permanente da sociedade em todos os espaços, seja por Casa, seja pela reunião do PPCUB no fim de semana, no 31 de março, como está anunciada, mas também por outros mecanismos de controle social.

Nós temos hoje no Distrito Federal um fundo de apoio à cultura, que é um dos mais significativos do País. O movimento cultural se pronunciou nas últimas semanas em defesa do FAC – Fundo de Apoio à Cultura, porque era necessário defendê-lo. É importante. Mas o secretário está, com isso, fazendo uma crítica ao governo? Estou. Porque o governo não é imune de críticas nem dos seus próprios.

Eu acho que fazer crítica responsável contribui com a qualidade dos serviços que o governo precisa prestar à população. A lei do FAC destina os recursos dele para a cultura e não para outro lugar. Então, o FAC não pode ser contingenciado. Isso é um erro. Não é um erro porque eu sou o Secretário de Cultura, mas porque é um fundo! A destinação legal dele é para aquele objetivo: fomentar a economia da cultura que se produz em Brasília.

Para concluir, além de agradecer, eu gostaria de lembrar uma frase de Lúcio Costa que pus num texto recente que publiquei. Ele disse assim: "Brasília merece respeito. É preciso acabar com esse jogo do gosto–não-gosto e com essa mania intelectual de fazer frases pejorativas". O que é preciso... Eu acho que ele usa isso aqui no sentido que a (ininteligível) antes emprega esse termo. É preciso agora compreendê-la, e compreender não significa apenas o exercício intelectual da razão. Compreender significa amar, acolher. Naquele sentido que os nossos pais sertanejos diziam: "É preciso compreender o menino que erra". É esse sentido a que me refiro porque ele enriquece essa percepção, que é excessivamente cartesiana. A compreensão intelectual empobrece.

Então, eu queria com isso falar-lhes da grande preocupação que tenho com a nossa cidade, neste momento em que o Brasil está vivendo uma encruzilhada. O Brasil vive hoje um momento ímpar na história. Nossa projeção mundial é testemunho disso. Agora, nós não podemos nos conformar apenas com alcançar o objetivo de cada brasileiro comer três vezes ao dia. Nós precisamos colocar a cultura na cesta básica. Esse é o desafio fundamental para qualificar o novo ciclo de desenvolvimento. Ele tem que retomar o desenvolvimento, como retomamos há dez anos. Hoje as senhoras e os senhores viram no jornal que a classe C é 54% da população. Isso há pouco tempo era um sonho, um delírio, digamos assim; hoje é um fato.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	37

Nós estamos vivendo em democracia, ainda que imperfeita — democracia perfeita não existe. Estamos crescendo com distribuição de renda. Temos o desafio de qualificar esse ciclo com um desenvolvimento que seja sustentável. Hoje é o Dia Mundial da Água. Nós não podemos perder de vista. Nós somos um pouco a caixa d'água do País. Por aqui vão as vertentes que vão dar na Amazônia, na Bacia do Paraná e no São Francisco. E, por fim, nós temos que incorporar ao ciclo de desenvolvimento do País a dimensão da valorização dos nossos valores culturais. Isso é que vai nos identificar para que a gente possa abolir essa nefasta e muito difundida concepção de que a política é o mal do País. Quando a política desaparece, quem ocupa o espaço é o fascismo. Nós não podemos nos esquecer disso. Por isso, o que nos salvará é a participação popular.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, Secretário Hamilton Pereira. Nós estamos a cinco minutos das 18h. Eu vejo neste auditório inúmeras pessoas que gostariam de falar e que poderiam dar enormes contribuições. Mas eu temo que, se abrirmos a palavra, vários vão querer falar e não vamos poder ficar aqui para ouvir. Até porque eu mesma tenho um compromisso agora, vou ter que sair daqui a pouco. Eu vou apenas me referir ainda à presença do professor Mourad, que estava ali, mas que já saiu também, da Universidade de Brasília, e do professor Jefferson Paz, Diretor da Regional de Ensino do Plano Piloto e do Cruzeiro. Chegaram aqui dois bilhetes, um do senhor Wílon, Presidente da Confraria dos Cidadãos Honorários de Brasília, e do Instituto Histórico e Geográfico de Brasília, e ele faz uma sugestão muito interessante. Eu fiz uma provocação na minha fala inicial quanto à participação da sociedade civil nesse debate da preservação de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade. Então, ele recomenda aqui, e coloca assim: Se fossem regulamentados os artigos 10º, § 1º e 12º da Lei Orgânica, o povo, de onde emana o poder, também poderia atuar no seu exercício. O povo vigiaria seus políticos. Os bons, os que não agem sob as sombras, adorariam; os maus teriam seus passos deletérios contidos. E aí não haveria mais escândalos, um dos quais, um deles apenas – é preciso lembrar –, o que resultou na queda de um governo e na nossa vergonha ante o Brasil que, até então, nos admirava por construir uma capital admirada por todo o mundo em apenas três anos. Por que não?

Então, eu quero dizer que aceito o desafio de analisarmos a hipótese de regulamentar o art. 10º, § 1º e o art. 12º, para chegarmos a essa conclusão.

SR. WÍLON WANDER LOPES - O Parágrafo 1º diz que a lei disporá sobre a participação popular na escolha do Administrador Regional, e o art. 12 fala que cada Região Administrativa terá um Conselho de Representantes, com funções fiscalizadoras e consultivas, na forma da lei. É a participação popular que todos reclamaram. (Palmas.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	38

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Muito obrigada, Sr. Wílon. Vamos estudar a possibilidade de como vamos regulamentar essa questão.

Há também um recado de um participante, Sr. César Fernandes, que reclama a abertura da palavra para o plenário.

Eu quero dizer que, quando se trata de comissão geral, o ritual da Câmara Legislativa é este. Poderíamos abrir uma exceção e concedermos a palavra, mas seria injusto alguns falarem e outros não falarem, já que todos não puderam ficar até o final para ouvirem a todos.

Eu quero agradecer ao Prof. Jarbas pelo livro de presente, como também pela entrevista, Mitos e Verdades. Vou ouvir, ver e ler o livro com muita atenção.

Eu quero ainda dizer que não conseguimos, infelizmente, neste debate responder algumas questões, com as quais quero voltar a provocar os nossos participantes.

Primeiro, quando ouvimos o Sr. Andrey Schlee falar que gostaria de discutir sobre o PPCUB, fiquei apavorada, porque essa interface tem que existir. Como é que podemos, a partir daquela legislação que está prevista para acontecer, criar um mecanismo em que o Iphan, assim como os órgãos responsáveis pela preservação no Distrito Federal, se falem. É impossível fazer um PDOT sem que o Iphan se pronuncie. Portanto, eu penso que esta questão ainda está por ser resolvida. Nós temos que encaminhar sua solução.

A outra provocação que fiz diz respeito, Secretário Hamilton, Secretário Rafael, aos instrumentos que iremos criar, que fórum nós iremos criar, com a participação da sociedade, com a participação do governo, para debatermos sobre os rumos desta cidade, sobre os rumos das áreas preservadas. Eu acho que tem de haver um fórum como esse.

A minha sugestão é que antes do término do comitê executivo instituído pelo decreto do Governador Agnelo Queiroz para colocar o ano de 2012 como o ano de valorização do Patrimônio Histórico da Humanidade, que deve se encerrar no final deste ano, pois um ano é o seu prazo de validade, fizéssemos uma discussão interna no governo para que seja constituído um fórum permanente em que a sociedade civil tenha assento, possa nos dizer... Nós ouvimos de tudo num fórum como esse. Nós temos que ter a capacidade de ouvir, mesmo quando discordamos. Temos que ter a capacidade de ouvir aquilo que é muito pertinente e que deve ser adotado pelo governo. Eu penso que isso é extremamente necessário. Portanto, fica aqui essa segunda provocação para que possamos, ao final do período da existência do comitê executivo, elaborar uma proposta para ser apresentada ao Governador Agnelo Queiroz, para que tenhamos um fórum como esse com a participação permanente da sociedade civil e do governo, para discutir sobre os rumos do tombamento da nossa Capital. (Palmas.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   03   2012	15h15	20ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	39

Por último, eu quero dizer que esta comissão geral é apenas a abertura do espaço de discussão, pois pretendemos realizar outros momentos, inclusive realizar audiências públicas para que possamos ouvir mais a sociedade civil. Vamos também convidar todos os senhores para os momentos seguintes.

Eu também acho que há um outro tema que deveríamos debater. Deveríamos aprofundar a discussão sobre a Portaria nº 68 do Iphan, porque, a meu ver, ela produz desdobramentos inclusive sobre o Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Isso, de fato, tem que acontecer, porque senão ela não terá consequência.

Então, penso que o Iphan também deve discutir, mesmo não sendo a revisão, mas sendo a atualização do PDOT, deve analisar lá atrás o PDOT que foi aprovado para responder à pressão da especulação imobiliária. Isso nós temos que corrigir. Não é algo imutável. Então, acho que precisamos fazer isso também.

Como disse o Paranhos muito bem, uma coisa não é descasada da outra. Tudo faz parte de um processo de planejamento urbano da nossa Capital. Então, não é possível que um desses instrumentos se choque com dispositivos de outro. Eu gostaria muito que isso pudesse acontecer sob os auspícios do Iphan. Então, acho que esse casamento tem que existir, e temos que avançar muito nessa discussão.

Quero agradecer a todos os que vieram participar desta comissão geral. Quero agradecer ao Benny Schasberg; ao nosso querido Rafael Oliveira, esse menino que vi tão pequenininho e que agora é um secretário adjunto; ao Hamilton Pereira, esse reincidente Secretário de Cultura; ao Prof. Andrey Schlee, que tem um sobrenome difícil de falar; ao Paulo Henrique Paranhos. Quero agradecer a todos vocês, sobretudo àqueles que são lutadores históricos pela causa de defesa de Brasília como Patrimônio Cultural da humanidade.

Como disse o Deputado Chico Leite, nós temos que botar a mão sobre a Bíblia e dizer firmemente: eu me comprometo. Eu sou dessas também que me comprometo. (Palmas.)

Eu não poderia deixar de dizer que a realização desta comissão geral seria impossível sem a extrema e importantíssima contribuição da minha querida assessora Luísa Villa Verde.

Declaro encerrada a presente comissão geral, bem como a sessão ordinária.

(Levanta-se a sessão às 17h03min.)